



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

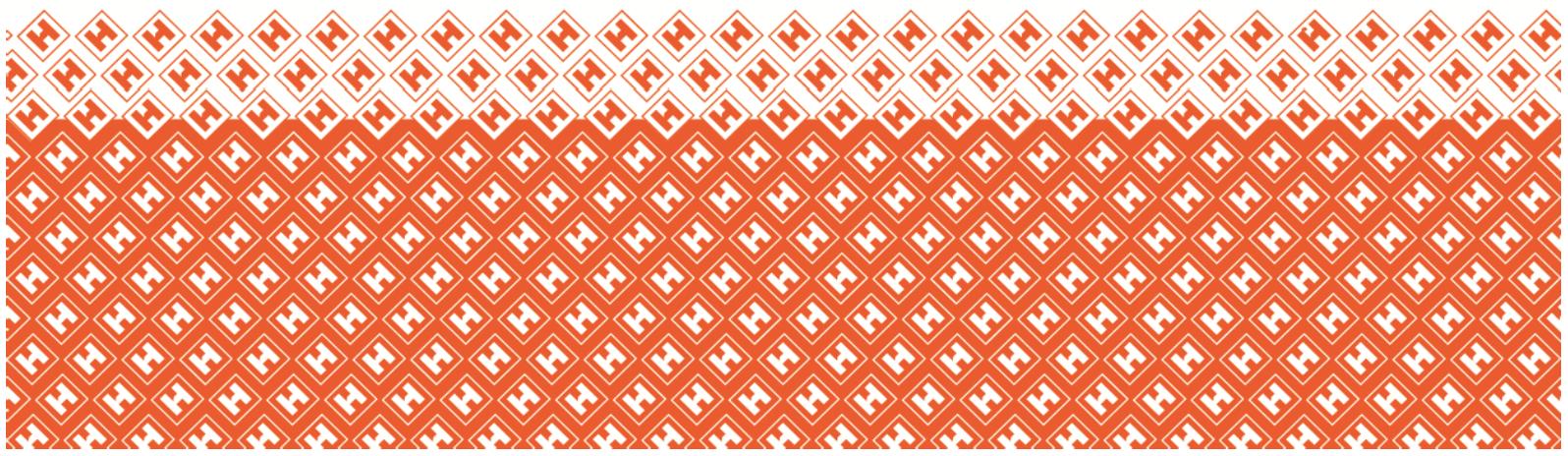
---

TONY CESAR DA COSTA FREIRE

**O arquivo escolar como fonte histórica: evasões e reprovações na Escola Municipal Evilásio Leão do 1º Grau Hipólito (1990-2000)**

UERN

outubro/ 2024



**TONY CESAR DA COSTA FREIRE**

**O ARQUIVO ESCOLAR COMO FONTE HISTÓRICA: EVASÕES E  
REPROVAÇÕES NA ESCOLA MUNICIPAL DO 1º GRAU HIPÓLITO  
(1990-2000)**

Dissertação referente ao Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistoria), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

**Orientador:** Prof. Dr. Lemuel Rodrigues da Silva.

**MOSSORÓ  
2024**

**Catálogo da Publicação na Fonte.**  
**Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

F866a Freire, Tony César da Costa

O arquivo escolar como fonte histórica: evasões e reprovações na Escola Municipal do 1 Grau Hipólito (1990-2000). / Tony César da Costa Freire. - Mossoró, 2024.  
100p.

Orientador(a): Prof. Dr. Lemuel Rodrigues da Silva.

Dissertação (Mestrado profissional em Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História).  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História. 2. Educação rural;. 3. Arquivo escolar;. 4. História da Educação;. 5. Ensino de História. I. Silva, Lemuel Rodrigues da. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

## TONY CESAR DA COSTA FREIRE

Dissertação referente ao Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistoria), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Aprovada em: 17 de julho de 2024

### BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente  
 LEMUEL RODRIGUES DA SILVA  
Data: 02/07/2024 14:46:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Lemuel Rodrigues da Silva  
Orientador

Documento assinado digitalmente  
 ANDRE VICTOR CAVALCANTI SEAL DA CUNHA  
Data: 02/07/2024 16:30:13-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. André Victor Cavalcante Seal Membro  
Membro Interno

Documento assinado digitalmente  
 ANA MARIA DO NASCIMENTO MOURA  
Data: 18/07/2024 21:00:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Ana Maria do Nascimento Moura  
Membro Externo

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido forças e saúde para superar as dificuldades.

Aos meus familiares, em especial minha esposa Jailma e minha filha Jamilly.

Aos professores do Mestrado, pelo conhecimento e orientações.

Aos meus queridos amigos que sempre estiveram ajudaram quando precisei.

E a todos, que de forma direta ou indireta, contribuíram.

## RESUMO

A educação rural ao longo da história republicana brasileira tem sido tema de vários debates entre educadores, políticos e movimentos sociais. Ela se configura como uma educação surgida tardiamente, desvalorizada e vinculada à lógica urbanocêntrica. Como consequência, esses problemas têm se refletido no número excessivo de alunos reprovados e evadidos da zona rural. Com o objetivo de fomentar esse debate, a presente dissertação expõe um censo escolar sobre o número de alunos evadidos e reprovados da Escola Municipal 1º Grau Hipólito (atual Escola Municipal Evilásio Leão), uma instituição de ensino localizado na zona rural cidade de Mossoró-RN, entre os anos de 1990 a 2000. A metodologia aplicada para construir esse censo foi a análise dos arquivos escolares dessa instituição, ou seja, foram utilizadas 42 páginas de dois Livros de Matrícula e 461 Fichas Individuais. Para melhor compreensão, os números desse censo foram organizados em quadros e gráfico. A pesquisa possui um viés tanto quantitativo quanto qualitativo. Quantitativo porque são apresentados números absolutos sobre as evasões e reprovações dos alunos hipolitanos e qualitativo porque esses números serão a base do debate sobre a educação rural no Assentamento Hipólito. O referencial teórico desta dissertação está ancorado na História da Educação tendo os arquivos escolares como fonte de pesquisa. Como produto pedagógico, foi criado um Projeto de Intervenção sobre a memória da Escola Municipal 1º Grau Hipólito (1990-2000) até a sua nucleação em 2001 que será aplicado na mesma escola através de uma sequência didática com os alunos do 6º ano. Esse projeto trabalhará conceitos fundamentais no ensino de história como: fonte histórica, memória e patrimônio.

**Palavras-chaves:** Educação rural; arquivo escolar; História da Educação; ensino de história.

## ABSTRACT

Rural education throughout Brazilian republican history has been the subject of several debates among educators, politicians and social movements. It is configured as an education that emerged late, devalued and linked to urban-centric logic. As a consequence, these problems have been reflected in the excessive number of students who failed and dropped out of rural areas. With the aim of fostering this debate, this dissertation exposes a school census on the number of students who dropped out and failed at Escola Municipal 1º Grau Hipólito (current Escola Municipal Evilásio Leão), an educational institution located in the rural city of Mossoró-RN, between the years 1990 and 2000. The methodology applied to construct this census was the analysis of the school files of this institution, that is, 42 pages from two Enrollment Books and 461 Individual Records were used. For better understanding, the numbers from this census were organized into tables and graphs. The research has both a quantitative and qualitative bias. Quantitative because absolute numbers are presented on the dropouts and failures of Hipólito students and qualitative because these numbers will be the basis of the debate on rural education in the Hipólito Settlement. The theoretical framework of this dissertation is anchored in the History of Education with school archives as a source of research. As a pedagogical product, an Intervention Project was created on the memory of the Escola Municipal 1º Grau Hipólito (1990-2000) until its creation in 2001, which will be applied in the same school through a didactic sequence with 6th year students. This project will work on fundamental concepts in the teaching of history such as: historical source, memory and heritage.

**Keywords:** Rural education; school archives; History of Education; history teaching.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01:</b> Possíveis documentações encontradas nas instituições escolares .....	23
<b>Figura 02:</b> Reportagem sobre a distribuição de terras em Assentamentos do RN .....	34
<b>Figura 03:</b> Locais onde ocorriam as aulas no Assentamento Hipólito (1990-2000) .....	39
<b>Figura 04:</b> Localização dos estabelecimentos escolares (1990-2000) .....	39
<b>Figura 05:</b> Salão interno da Associação do APARAHÍ .....	40
<b>Figura 06:</b> Percurso do documento escolar: corrente, intermediários e permanente .....	43
<b>Figura 07:</b> Arquivos Escolares da Escola Municipal Evilásio Leão .....	44
<b>Figura 08:</b> Livros de Matrícula da Escola Municipal Evilásio Leão (1990-2000) .....	45
<b>Figura 09:</b> Arquivos Passivos da Escola Municipal Evilásio Leão .....	47

## LISTA DE QUADROS E GRÁFICO

<b>Quadro 01:</b> Pesquisas sobre as instituições escolares .....	26
<b>Quadro 02:</b> Matriculados na E. M. do 1º Grau Hipólito (1990- 2000) .....	46
<b>Quadro 03:</b> Alunos matriculados, aprovados e retidos .....	48
<b>Quadro 04:</b> Alunos matriculados e evadidos .....	50
<b>Quadro 05:</b> Alunos matriculados em distorção idade-série (1990-2000) .....	51
<b>Gráfico 01:</b> Alunos da 1º serie em distorção idade-série (1990-2000) .....	52

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAP. 01: O USO DOS ARQUIVOS ESCOLARES COMO FONTE HISTORICA .....</b>	<b>18</b>
1.1. Conceito de Arquivo .....	18
1.2. Os arquivos escolares como fonte de pesquisa na História da Educação .....	20
1.3. Categorias de Arquivos Escolares .....	22
1.4. A pesquisa sobre as Instituições Escolares .....	25
<b>CAP. 02: FUNDAÇÃO E FORMAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO FAZENDA HIPÓLITO .....</b>	<b>27</b>
2.1. A Zona Rural e a Educação: uma relação não amistosa .....	27
2.2. A Fundação do Assentamento Hipólito .....	31
2.3. O cadastramento dos assentados .....	33
2.4. A criação do APARAHÍ .....	35
<b>CAP. 03: EVASÕES E REPROVAÇÕES NA ESCOLA MUNICIPAL DO 1º GRAU HIPÓLITO (1990-2000) .....</b>	<b>38</b>
3.1. O início da educação pública no Assentamento Hipólito .....	38
3.2. A busca pelos Arquivos .....	42
3.3. Evasões, reprovações e suas consequências na educação hipolitana .....	48
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

As instituições escolares constituem, independentemente de suas origens ou natureza, uma amostra significativa do que realmente acontece no contexto educacional de um determinado país e uma das formas de se notar isso é observando os diversos tipos de documentos e registros de caráter administrativo, pedagógico e histórico, exigidos pela administração da escola em seu cotidiano burocrático.

Desse modo, as escolas através dos seus arquivos apresentam-se como espaços portadores de fontes de informações fundamentais para a formulação de pesquisas, interpretações e análises sobre elas próprias, as quais permitem a compreensão do processo de ensino, da cultura escolar e, conseqüentemente, da História da Educação. Nas instituições escolares, os arquivos se constituem no repositório dos documentos de informação que estão diretamente relacionados com o seu funcionamento.

Os arquivos são espaços portadores de fontes de informações fundamentais para a formulação de pesquisas, interpretações e análises sobre elas próprias e sobre as instituições que as guardam. Essas fontes nos permitem a compreensão do processo de ensino e de cultura escolar tanto nacionalmente como local, porque, mesmo as escolas pertencendo a um contexto amplo, elas também possuem identidade e historicidade própria. Deste modo, é possível o pesquisador construir, sistematizar, escrever e reescrever seu itinerário histórico de uma escola através dos arquivos.

Dito isto, a presente dissertação intitulada “Evasões e reprovações na Escola Municipal do 1º Grau Hipólito (1990-2000)” tem o objetivo geral apresentar um censo escolar sobre a Escola Municipal do 1º Grau Hipólito — atualmente conhecida como Escola Municipal Evilásio Leão — no que se refere ao número de alunos reprovados e evadidos entre os anos de 1990 a 2000.

Assim, nesta pesquisa objetivamos mostrar a historicidade da E. M. Evilásio Leão através dos arquivos, num universo específico que é a zona rural como uma forma de construir e preservar uma parte da memória da educação, reconhecendo a escola como uma instituição capaz de ser pesquisada, ou seja, de ser vista como um objeto histórico. Essa instituição escolar localiza-se no Projeto de Assentamento Fazenda Hipólito criado no ano de 1987 pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)<sup>1</sup> por desapropriação de interesse social, organizado e administrado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

---

<sup>1</sup> Esse projeto foi criado na gestão do Presidente José Sarney (1985-1990).

O P.A. Hipólito possui uma área de 6.685.2450ha (seis mil, seiscentos e oitenta e cinco hectares, vinte e quatro ares e cinquenta centiares) e localiza-se tanto no município de Mossoró como no município de Governador Dix-Sept Rosado, sendo que sua maior parte se encontra no primeiro com os seus 4.619, 8222 ha (quatro mil seiscentos e dezenove hectares, oitenta e dois ares e vinte e dois centiares). O projeto contemplou 137 assentados, cada um com 22,50ha (vinte e dois hectares e cinquenta ares) por residência para uso agropecuária.

Sua localização se dá às margens da BR-304, a uma distância de 22 km da zona urbana de Mossoró, a 35 km da cidade de Açu e a 242 km de Natal. No município de Mossoró encontra-se toda a sua infraestrutura, a saber, as casas dos assentados, a Associação, o posto de saúde e a escola. As residências estão distribuídas em duas vilas conhecidas popularmente como Hipólito I e II. Entre as duas vilas há um espaço de dois quilômetros destinado à implantação de prédios administrativo para o serviço público como a Associação, o posto de saúde e a escola.

Apesar do Assentamento ter sido fundado em 1987, a educação pública por parte da Secretaria de Educação de Mossoró só foi implantada em 1990, ou seja, três anos após sua fundação. Nesse período não existia o atual prédio escolar e as aulas eram ministradas em dois locais improvisados, um deles era a Associação. Naquele momento, o nome da instituição de ensino era “Escola Municipal do 1º Grau Hipólito” existindo entre os anos de 1990 a 2000. A instituição matriculava apenas alunos de 1º a 4º série do 1º grau, com algumas turmas multisseriadas, divididas em três turnos: matutino, intermediário e vespertino.

Após sua nucleação e inauguração do seu próprio prédio escolar em fevereiro de 2001, seu currículo começou a atender alunos do ensino fundamental tanto dos Anos Iniciais, que vão do 1º ao 5º ano, com idade entre 6 a 10 anos, como também dos Anos Finais do 6º ao 9º ano, com alunos de 11 a 14 anos. Atualmente essa escola recebe alunos não só do Assentamento Hipólito como também de outras comunidades adjacentes como Curral de Baixo, Espinheirinho, Quixaba e outros.

A nucleação, segundo Bof (2006) foi um modelo de educação que surgiu nos EUA em meados do século XIX e foi implantado em diversos países, como Índia, Costa Rica, Líbano e Irã. Esse modelo tinha como justificativa dois princípios: 1) proporcionar igualdade de oportunidades educacionais para alunos da zona urbana e rural; 2) minimizar os custos de funcionamento, otimizando os recursos disponíveis nas escolas.

Trata-se de um procedimento político-administrativo que consiste na reunião de várias escolas isoladas em uma só, desativando ou demolindo as demais. O princípio fundamental é a superação do isolamento e abandono, ao qual as escolas rurais isoladas experimentam e vivenciam em seu cotidiano e oferecer aos alunos rurais uma escola de melhor qualidade. (BOF: 2006, p.116)

Os defensores da nucleação argumentam que as escolas nucleadas são melhores e mais eficientes do que as isoladas, porque elimina as turmas multisseriadas e o isolamento pedagógico a que estão submetidas as escolas rurais de sítios e fazendas. Assim, o processo de nucleação significa uma tentativa de resolver os problemas mais graves referentes às escolas isoladas no meio rural e principalmente a precariedade do espaço físico escolar.

A Associação foi o primeiro prédio a ser usado pela comunidade hipolitana para as aulas, pois além das aulas, esse local era usado também para as reuniões periódicas dos assentados e, ao mesmo tempo, servia também de armazenamento e distribuição dos produtos agrícolas, tanto aqueles produzidos pelos assentados ou de doações privadas e governamentais. O segundo prédio foi uma casa que era uma antiga bodega onde vendiam-se produtos agropecuários produzidos pelos assentados e que já tinha sido desativada por não ter tido êxito. Eram prédios fisicamente alheios a uma estrutura física escolar ideal. Eram unidades extremamente sofríveis de más condições.

Como podemos perceber, a educação hipolitana fazia parte de um contexto geral da educação brasileira no meio rural que, até o final do século XX, foi posta em segundo plano pelas instituições governamentais comparada aos investimentos inseridos nas escolas da zona urbana. Além da alta precariedade física dos ambientes improvisados, existia também a ausência de condições pedagógicas para as professoras executarem as suas aulas a contento, além da sobrecarga de trabalho das professoras que se reversavam em outros serviços como de limpeza e merendeira, por conta disso, havia uma alta rotatividade desses profissionais. A conjugação desses fatores contribuiu para o baixo desempenho escolar dos alunos, representados pelos altos índices de reprovação e a evasão<sup>2</sup>.

Na metodologia aplicada para a criação do censo escolar, foram utilizados os arquivos escolares encontrados na E. M. Evilásio Leão, a saber, 42 páginas de dois Livros de Matrícula e 461 Fichas Individuais dos alunos. Dos Livros de Matrícula, foram retirados informações sobre a quantidade de alunos matriculados realizadas e o número de alunos retidos naquela década. Já nas Fichas Individuais foram retiradas informações sobre os estudantes que abandonaram seus estudos. Cabe aqui destacar que, das 461 Fichas Individuais dos alunos foram analisadas apenas 425 porque somente estas tinham as informações desejadas para a pesquisa. Foram encontradas 36 fichas que não estavam devidamente preenchidas, porém,

---

<sup>2</sup> Entende-se aqui como aluno reprovado como aquele que não obteve êxito na conclusão do ano letivo e que, por conta disso, não está apto a se matricular na série seguinte. Já o aluno evadido é aquele que abandonou a escola, ou seja, deixou de frequentar antes da conclusão do ano letivo, não tendo sido formalmente desvinculado por transferência, portanto a sua matrícula não possui registro de rendimento.

apesar desse vácuo documental, entendo que, as 425 analisadas apresentaram números satisfatórios para a pesquisa.

Após a análise desses documentos e a contabilização dos alunos, foi possível construir quatro quadros e um gráfico:

- A) o primeiro quadro apresenta o número de matrículas dos estudantes ano/série;
- B) o segundo quadro apresenta uma comparação entre o número de alunos matriculados, aprovados e retidos;
- C) o terceiro quadro apresenta número de alunos evadidos em comparação ao número de matriculados;
- D) o quarto quadro apresenta o número de alunos matriculados em distorção idade-série;
- E) um gráfico apresentando o número de alunos da 1ª série matriculados em distorção idade-série;

O gráfico e os quadros foram construídos não apenas para fins numéricos (quantitativos), mas também para fins qualitativos, ou seja, para revisitar o debate sobre a educação rural — não só local como nacional — e, ao mesmo tempo, propor uma reflexão sobre as possibilidades do uso da escrituração escolar como fonte de pesquisa para a História da Educação.

Alguns fatores me instigaram a se dedicar a essa pesquisa e aqui apresentarei alguns. O primeiro fator que destaco foi minha participação na disciplina “Educação patrimonial e Ensino de História” cedida pelo ProfHistória (UERN/Mossoró-RN). Essa disciplina trabalhou em sala de aula a importância dos arquivos enquanto fonte de pesquisa para a historiografia. Nos últimos anos, os arquivos escolares têm alcançado importância e visibilidade em projetos desenvolvidos no campo de estudo da História da Educação. Pesquisas recentes vêm apontando a relevância das contribuições que os arquivos escolares oferecem para a organização e construção da história e da memória da educação.

Nessa disciplina, pude entender que se pode pesquisar a vida de uma instituição escolar através dos seus arquivos, pois estas se constituem uma amostra significativa do que realmente acontece no contexto educacional da escola, de um determinado país e em uma determinada época. As instituições escolares produzem diversos tipos de documentos e registros de caráter administrativo, pedagógico e histórico, exigidos pela administração e pelo cotidiano burocrático, que passam inclusive seu âmbito pedagógico.

Desse modo, as escolas apresentam-se como espaços portadores de fontes de informações fundamentais para a formulação de pesquisas, interpretações e análises sobre elas próprias, as quais permitem a compreensão do processo de ensino, da cultura escolar e,

consequentemente, da História da Educação. Além disso, a pesquisa em arquivos escolares, também é uma forma de esclarecer a sua relevância social, conscientizando a sua conservação.

De fato, nas instituições de ensino, os arquivos escolares se constituem no repositório dos documentos de informação que estão diretamente relacionados com o seu funcionamento. Tal circunstância acaba por atribuir aos arquivos uma importância acrescida nos novos caminhos da investigação em educação, onde se colocam essas instituições numa posição de grande centralidade para a compreensão dos fenômenos educativos.

O segundo fator está ligado à minha relação profissional com a E. M. Evilásio Leão. Sou professor de História nesta instituição desde 2014 e minha experiência em lecionar em uma escola localizada em um assentamento despertou-me o interesse de pesquisar sobre a história da educação no meio rural. Sou testemunha ocular dos problemas que essas escolas passam como falta de estrutura adequada para a execução do trabalho pedagógico dos docentes tanto dos anos iniciais como dos anos finais, a falta de transporte escolar deixando boa parte dos alunos por dias se virem a escola, problemas de segurança, pois a escola já foi vítima de vários arrombamentos, entre outros. Além disso, segundo as minhas pesquisas, desconheço qualquer trabalho acadêmico que fale especificamente sobre a educação rural no Assentamento Hipólito ou sobre a sua escola, apesar de alguns trabalhos foram produzidos sobre essa comunidade.

O terceiro fator é que os dados dessa pesquisa serão utilizados na construção do produto pedagógico dessa dissertação que será representado por um Projeto de Intervenção na própria escola “Evilásio Leão”, visando construir uma memória sobre a primeira década de existência da escola. Esse produto pedagógico está fundamentado na curiosidade dos alunos com perguntas corriqueiras como: quando foi a fundação da escola? quem a inaugurou? como eram as aulas? onde ocorriam as aulas? o que eles sabem sobre a escola assenta-se apenas nos comentários avulsos dos seus familiares que já foram alunos de lá, portanto, vejo como oportuno essa pesquisa como uma forma de sanar um pouco sobre esse “silêncio” que existe sobre a memória dessa escola.

O Projeto de Intervenção que tem como título “A Escola antes da Escola” faz uso dos arquivos escolares na aula de História sobre a memória da Escola Municipal Evilásio Leão. Enquanto professor de história dessa instituição desde 2014, percebi que o seu alunado desconhece a história da instituição e, por conta disso, não são capazes de responder perguntas básicas como: A) quando a escola foi fundada na comunidade? B) onde era? C) como era? D) quem estudou? E) como estudou? F) quais eram as séries? G) quais as disciplinas? H) quem ensinou? I) como ensinou?

Essa instituição já possui 34 anos de existência e nunca foi feito um trabalho pedagógico sobre sua história tanto no quesito organizacional, educativo ou estrutural. Portanto, a problemática desse projeto se encontra na elaboração de um projeto educacional que levassem os estudantes a conhecerem a História de sua escola e que, ao mesmo tempo, os levassem a empatia sobre o lugar que estudam e um sentimento cidadão em cuidar e preservar.

O projeto divide a história da “E. M. Evilásio Leão” em dois momentos, a primeira inicia-se com a sua fundação em 1990 até 2000 onde a escola resumia-se em dois armazéns improvisados, e o currículo escolar era de 1º a 4º série do 1º grau e atendia somente os moradores do Assentamento Hipólito. A segunda fase dessa instituição se dá quando em 2001 quando é inaugurado, pela Prefeitura de Mossoró, o atual prédio escolar tornando essa escola em uma instituição nuclear. A partir deste momento, as aulas começaram a ser voltadas para os estudantes do ensino fundamental, tanto para os anos iniciais como para os anos finais, e as matrículas se estendiam também para outras comunidades rurais adjacentes.

Portanto, o Projeto de Intervenção pretende pesquisar sobre a memória da Escola Municipal Evilásio Leão na sua primeira fase de existência (1990-2000) e seu momento de transição para a atual escola a partir de 2001 através dos seus documentos escolares. A turma escolhida para esse fim foi o 6º ano. O motivo dessa escolha está ligado ao conteúdo que é ministrado a essa turma, onde conceitos fundamentais são apresentados como: história, fonte histórica, memória e patrimônio.

Através de uma sequência de didática, o projeto está estruturado em quatro fases.

A) a primeira fase será a apresentação do projeto para a turma do 6º ano: o que iremos estudar, para que estudar, como estudar e como serão avaliados. Será um momento de convencimento para que a turma se sinta atraída pelo projeto. No decorrer das aulas, serão apresentados conceitos fundamentais sobre História, fonte histórica, memória, tempo (presente, passado, continuidade e descontinuidade, diferenças e semelhanças), patrimônio (material e imaterial) e arquivo escolar. Para este fim, será utilizado o livro didático, que eles receberam da Secretaria de Educação de Mossoró, especificamente o capítulo 01 “Introdução ao Estudo de História” (p.12-22) da coleção “Araribá Conecta História”.

B) na segunda fase os alunos terão acesso aos documentos escolares como: cadernos de matrícula, fichas individuais dos alunos; decreto-lei 1.782/99 da Câmara dos Vereadores de Mossoró e da Prefeitura sobre a mudança do nome da escola para “Escola Municipal Evilásio Leão”; a planta baixa da atual escola; recortes de jornais. Cada documento será pedagogicamente utilizado de forma individual, mediante leituras coletivas, explicações e

orientações de atividades, respeitando o ritmo de aprendizagem do aluno. O importante é que eles entendam que esses arquivos fazem parte do patrimônio cultural da escola.

C) na terceira fase os estudantes visitarão a secretaria da escola e os antigos prédios onde ocorriam as aulas antes da inauguração da atual escola.

D) a quarta fase será a culminância do projeto onde a turma do 6º ano, com a orientação do professor, organizará uma exposição com maquetes e banners na sala de aula aberta ao público sobre tudo o que foi pesquisado e produzido até aquele momento.

Esse projeto tem como referencial teórico o uso dos arquivos escolares nas aulas de história como fonte histórica, sendo uma forma possível de aproximar o estudante na construção da memória da sua escola. Tal procedimento é defendido por autores como Alberti (2019), Bittencourt (2008), Gomes (2016) e Rodrigues (2021). Ambos apontam o uso de documentos em sala de aula como uma estratégia pedagógica de prender a atenção da turma, favorecer sua capacidade reflexiva e, de uma maneira mais dinâmica, ampliar seus conhecimentos, exercitar a capacidade de ler um documento antigo e contextualizá-lo historicamente ampliando cognitivamente sua consciência histórica.

Ou seja, além de pesquisar sobre a primeira fase de existência do “Evilásio Leão”, o projeto procura proporcionar uma reflexão sobre o uso dos arquivos escolares no ensino de História, como uma forma de difundir essa fonte histórica na sala de aula na aprendizagem do aluno sobre o passado e sobre o presente da sua escola. É uma ação relevante porque atrai o aluno aos acervos arquivísticos.

O uso dos arquivos escolares na sala de aula proporcionará uma maior aproximação do estudante com o arquivo e, como consequência, a expansão do seu uso, deixando de ser vistos apenas como documentos administrativos, mas como fontes que agregam valores culturais e educativos. Pensar os arquivos por uma ótica que não apenas priorize a sua razão primária de ser, contribuirá para alargar o seu valor social e a sua importância junto ao aluno/cidadão, despertando-o para valores ligados ao patrimônio, a cultura, a memória e identidade.

O trabalho com fontes/arquivos possibilita que os estudantes aprendam que o conhecimento sobre o passado é resultado do trabalho intelectual do historiador, principalmente quando as fontes são estimulantes e que tenham elo com o assunto estudado. Defendo que o ensino de História cumpre bem esse papel na realização de atividades e propostas de projetos educativos, proporcionando situações didáticas que permitam aos alunos conhecerem a memória da escola através dos seus arquivos de modo que possam aprender, compreender e valorizar aquilo que é muitas vezes visto como comum e irrelevante. Nesse sentido, é de

fundamental importância que os professores de História desenvolvam ações pedagógicas voltadas para a construção de uma cultura patrimonial.

No que concerne a organização dos capítulos ela se dá da seguinte forma. No primeiro capítulo intitulado “O uso dos arquivos escolares como fonte de histórica”, trarei uma reflexão sobre as possibilidades do uso da escrituração escolar como fonte de pesquisa para a História da Educação, apresentando o arquivo como um dispositivo que pode ser usado como um espaço de memória. Neste capítulo farei um diálogo com pesquisadores que trouxeram contribuições para esse campo como Vidal (2005), Bonato (2005), Mogarro (2006), Medeiros (2009), Miguel e Luz (2019), Ferreira (2019) entre outros.

Esses autores defendem que, com a influência da Nova História, a pesquisa na área da História da Educação passou não somente a utilizar as fontes documentais oficiais, mas também, de uma variada gama de outras com novas abordagens, novas temáticas, novos objetos de pesquisa e novas interpretações. Por causa disso, os pesquisadores em educação não olham mais os arquivos escolares apenas como documentos secundários de uma instituição escolar, mas como uma valiosa fonte histórica que pode ser submetida a uma pesquisa, a uma problemática, dialogando com outros temas.

No segundo capítulo, intitulado “Fundação e formação do Projeto de Assentamento Fazenda Hipólito”, trarei um breve relato histórico sobre a fundação do P. A. Fazenda Hipólito tendo como ponto de partida documentos cedidos pelo INCRA. Será um momento onde serão tratadas as razões da fundação do Assentamento, o cadastramento dos assentados, a criação da Associação e, principalmente, o início do ensino público. Ao mesmo tempo, farei um diálogo sobre a relação entre a zona rural e a educação. Este capítulo tem um viés introdutório, por se chegar a Escola Municipal do 1º Grau que é nosso objeto de estudo.

No terceiro capítulo intitulado “Evasões e reprovação na Escola Municipal do 1º Grau Hipólito (1990-2000)” tratarei sobre a chegada da educação pública no Assentamento Hipólito. Além disso, mostrarei como eram as condições precárias dos estudantes hipolitanos ao assistirem aulas em prédios que eram fisicamente alheios a uma escola. Após isso, mostrarei como se deu a obtenção dos arquivos escolares para a pesquisa dessa dissertação, a saber, os Livros de Matrícula e as Fichas Individuais. E por fim, mostrarei o resultado da pesquisa utilizando-se de quadros e gráfico.

## CAPÍTULO 01: O USO DOS ARQUIVOS ESCOLARES COMO FONTE HISTÓRICA

### 1.1. Conceito de Arquivo

Por esta pesquisa ter como metodologia o uso dos arquivos escolares, proponho neste primeiro capítulo refletir sobre as possibilidades do uso da escrituração escolar como fonte de pesquisa para a História da Educação, trazendo uma revisão literária de pesquisadores que trouxeram contribuições para esse campo como Vidal (2005), Bonato (2005), Mogarro (2006), Medeiros (2009), Miguel e Luz (2019), Ferreira (2019) entre outros.

O conceito inicial de arquivo que apresento e que será a ideia básica ao longo dessa dissertação, é de um espaço de memória comum em qualquer instituição que tenha documentação sob sua guarda. Todavia, ele é um dispositivo “que vai muito além de um pequeno espaço ou armário com papéis velhos e amarelados guardados em caixas, envelopes empilhados uns sobre os outros” (FERREIRA: 2019, p. 18). Todavia, é também, um ambiente *sine qua non* apto para qualquer trabalho de pesquisa, seja ela educativa, administrativa, cultural ou empresarial.

Sabemos que o homem no decorrer do tempo — de forma intencional — organizou espaços para armazenar suas memórias e entre esses espaços encontram-se os arquivos. Um arquivo nasce a partir do momento em que existe uma pessoa ou uma instituição — sindicato, grêmio estudantil, empresa ou escola — onde pessoas precisam de documentos para mostrar e se mostrar que existem, sobretudo, na sociedade atual, onde tudo precisa ser comprovado. Dessa maneira, a escrituração documental inserida nos arquivos, possibilita levantar dados sobre a instituição e da comunidade em que está inserida ou gerida.

Gil e Hawat (2015) afirmam que, para as instituições existirem, elas devem produzir documentos desde da sua criação e, não somente isso, em todo o transcorrer da sua existência. Com isso, os arquivos são criados para guarda desses documentos, tanto para o uso burocrático como para o uso informativo. Ou seja, esses arquivos, com um tempo de uso, se transformam em “vestígios documentais”, ambiente onde possa ser construído “itinerários de memória”, permitindo conhecer o *modus operandi* da instituição e de seus agentes.

Portanto, o que se tem lido até agora, entende-se que um arquivo é: um conjunto de documentos manuscritos, digitalizados, gráficos, fotográficos entre outros, recebidos ou produzidos oficialmente por uma entidade e destinados a permanecer sob custódia dessa mesma entidade, que tem como função, guardar e conservar documentos.

A partir desse conceito, entende-se que ninguém é impedido de organizar seu próprio arquivo pessoal, todavia, em uma instituição pública, é uma obrigação definida por lei. Os agentes responsáveis de uma instituição pública organizam e disponibilizam grande parte de toda a documentação, tanto aqueles de valor histórico quanto aqueles de caráter probatório. A instituições estatais, entre elas a escola, em suas múltiplas formas, desempenha papel ativo no processo de arquivamento, seja por motivo social, econômico ou político.

Conforme Almeida e Silva (2013), as escolas brasileiras, são instituições (públicas ou privadas) depositárias de um grande acervo documental, que podem ser consideradas fontes importantes de pesquisas. Esses documentos escolares podem expor o que existiu ou existe na escola, o perfil dos profissionais de educação, as propostas e as práticas pedagógicas, a vida dos alunos, as relações da escola com as políticas educativas, os saberes escolares, etc. Um patrimônio educativo e informativo para a historiografia da educação.

Mas, o que é um arquivo escolar? Segundo Ferreira (2019) em seu “Manual de Gestão Documental de Arquivo Escolar Permanente” um arquivo escolar é

“(...) o acervo formado pelo conjunto de documentos produzidos e recebidos em decorrência das atividades das unidades escolares, exercidas pelos professores, funcionários, alunos, equipes multidisciplinares, estagiários, pais de alunos e todos aqueles que de alguma forma participam da comunidade escolar. Também são espaços de cultura, memória, conhecimento, ou seja, unidades de informação, que custodiam documentos repletos de informações relevantes e pesquisáveis, que podem construir conhecimento.” (FERREIRA: 2019, 11)

Mencionando Medeiros (2009, p.176), para o autor, arquivo escolar são conjuntos de documentos “produzidos ou recebidos por escolas públicas e privadas, relacionados ao exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”. Percebe-se que tanto Ferreira (2019) como Medeiros (2009) apresentam o arquivo escolar como documentos que refletem a produção do material cultural escolar inserido num procedimento administrativo com regras, regulamentos e procedimentos da impessoalidade jurídica. São registros do cotidiano burocrático, organizados dentro das normas de produção documental estabelecida por uma legislação. Como Ferreira (2019) mesmo diz, é também um espaço de cultura, memória, conhecimento, unidades de informações relevantes e pesquisáveis.

Corroborando com Ferreira (2019) e Medeiros (2009), encontra-se Mogarro (2006) que vê as escolas como um local de identidade e historicidade própria e que, através dos seus arquivos, é possível construir, sistematizar, escrever e reescrever seu itinerário histórico. Pois esses documentos são únicos dentro do universo escolar e podem ajudar a explicar não só a

existência histórica da instituição como suas relações curriculares com as secretarias municipais, com a comunidade na qual reside, com os eventos cívicos, entre outros.

Em suma, o arquivo escolar é um lugar de memórias da educação brasileira tanto a nível local e como nacional, e quem a usufrui, pode refletir sobre questões pertinentes nessa área. Nesse sentido, os arquivos escolares são de fundamental importância para estudos que refletem a área da educação, seja ela urbana ou rural, pública ou privada, laica ou religiosa.

## **1.2. Os arquivos escolares como fonte de pesquisa na História da Educação**

Segundo Vidal (2005), os arquivos escolares têm emergido nos últimos anos como uma temática bastante recorrente nas academias. Conforme a autora, têm ocorrido muitos relatos de experiências de organização de acervos institucionais, narrativas sobre as potencialidades dessa documentação para a percepção da cultura escolar, publicação de inventários, guias de arquivo, manuais e reprodução de documentos (digitados ou digitalizados), tudo isso “vêm mobilizando investigadores da área, renovando as práticas da pesquisa e suscitando o uso de um novo arsenal teórico-metodológico.” (VIDAL: 2005, p.71)

O uso dos arquivos escolares como fonte de pesquisa na área de História está estritamente ligado as linhas de pesquisa relacionada a História da Educação. Essa linha de pesquisa dialoga com dois campos de conhecimento: História e Educação. Apesar das suas especificidades e peculiaridades, elas também se unem quando os temas e as fontes coincidem. A História da Educação é uma disciplina curricular itinerária em vários cursos acadêmicos e seu objetivo é estudar o processo da educação, a trajetória educacional em diferentes espaços humanos e suas transformações.

Nas últimas décadas, a História da Educação passou por transformações teóricas, uma espécie de “reestruturação” no seu espaço científico. Atualmente, ela não se encontra somente na área da Educação, mas em outras ciências como a Antropologia, a Sociologia e a História, se transformando em uma “disciplina de fronteira”, fazendo um diálogo interdisciplinar outras abordagens antropológicas, culturais, linguísticas, psicológicas e sociais (GASPARELLO: 2007).

Foi na década de 1990 que essa disciplina teve um *boom* acadêmico graças a ampliação das fontes de pesquisas e da multiplicidade de temáticas que a ciência histórica tem oferecido. Tudo isso se deve, as transformações que a Escola dos Annales — conhecida também como Nova História — tem trazido para o campo da pesquisa em História. Essa escola francesa, surgida na revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* em 1929 pelos historiadores Marc

Bloch e Lucien Febvre, imprimiu “novos” métodos de pesquisa na ciência histórica. Através dela, há uma “ampliação do conceito e uso de documento, deslocamento da ideia de fato para memória coletiva, a problemática do tempo, o alargamento dos objetos e a convicção de que o problema guia o pesquisador” (MIGUEL E LUZ: 2019, p.21)

Conforme a historiadora Libânia Xavier (2007: p. 94,95), antes da influência da Nova História, as pesquisas na área de História da Educação, davam atenção apenas as fontes documentais oficiais como “series legislativas, relatórios, pareceres, projetos de Governo, discursos de autoridades políticas, etc.” confirmando assim a “centralidade do Estado e de suas instituições para a compreensão dos processos educativos em seus aspectos formal, institucional ou oficial”. Esse tipo de abordagem, bastante defendida pelos positivistas<sup>3</sup>, passou a dar lugar a novos temas e novas problemáticas não somente nas chamadas fontes “tradicionais” como também em outras.

Segundo Melo (2010), foi a partir da Escola dos Annales que a historiografia começou a se distanciar do entendimento de que a fonte histórica é uma simples descrição do passado e, além disso, inteiramente desprovido de um posicionamento crítico por parte do historiador, ou seja, de que a este cabia apenas fazer uma cópia e/ou reprodução dos acontecimentos, conforme o contido na fonte. Refém desta prática metodológica, o historiador se convertia apenas em uma testemunha dos fatos, um expectador imparcial, sem acrescentar ou retirar nada, fiel ao que transcrevia: os fatos falavam e ele permanecia em silêncio, deixando-os falar.

Com a chegada da chamada “Terceira Geração dos Annales”, com destaque para historiadores como Jaques Le Goff e Pierre Nora, essas “fronteiras” se expandiram ainda mais com o pressuposto que todas as ações das sociedades humanas têm historicidade e dignas de serem objetos de investigação histórica. Sendo assim, as personagens, os eventos e as fontes desprezadas pelos historiadores positivistas passaram a ser o centro da investigação histórica (ZUCCHI: 2012).

Portanto, essa nova postura de pesquisar a História da Educação não descarta ou despreza aqueles documentos oficiais, pois os mesmos revelam também dados e informações importantes, todavia, além desses, os pesquisadores consultam, também, outra e variada gama de fontes documentais antes não registradas como a fotografia, a iconografia, as plantas arquitetônicas, o material escolar, a memória oral, os sermões, as correspondências, os diários,

---

<sup>3</sup> A História para os positivistas era a busca de uma verdade “única” relacionada ao passado. Essa verdade deveria ser pesquisada em documentos históricos escritos e “oficiais” como leis, discursos políticos, etc. Para esses historiadores, tais documentos, seriam fidedignos e menos suscetíveis a erros. Isso porque essa documentação era produzida pelas classes sociais ligadas à elite das sociedades, logo, representava a visão dessa classe com relação à sociedade.

e tantos outros produtos incrustados e engavetados nas escolas, secretarias e museus. Com essas mudanças, os historiadores eram convidados a redefinir as práticas rotineiras do seu ofício, com destaque para a noção de documento.

A esse respeito, é interessante lembrar os ensinamentos de Lucien Febvre, um dos principais representantes do movimento dos Annales. Em seu *Combates pela História*, Febvre aponta a possibilidade de se investigar por meio de outras fontes históricas.

A História faz-se com documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem; mas ela pode fazer-se sem documentos escritos, se não os houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da Lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE, 1985, p.249)

Com base em Febvre (1985), Toledo e Andrade (2014), a inclusão de toda e qualquer peça que possibilite a obtenção de notícias e informações sobre o passado histórico-educativo tem crescido consideravelmente na pesquisa sobre a História da Educação e, conseqüentemente, novos temas como: instituições escolares, práticas educativas, políticas educacionais, educação rural, educação indígena, educação especial, educação a distância, entre outros. A partir dessa ótica, o uso do arquivo escolar como objeto de pesquisa ganha fôlego e passa a ser visto como um espaço rico e em crescimento tanto em eventos como em grupos de pesquisa e extensão, especialmente na área de educação.

### **1.3. Categorias de Arquivos Escolares**

Sobre a categorização de arquivos escolares pesquisáveis, apresentamos um universo de possibilidades como os mapas de frequência, livros de matrícula, livros de frequência, atas de exames, fichas de registro de matrícula, boletins de notas, registros de inspeção, atas de reuniões escolares, diários de classe, atestados de frequência, livros de ponto de professores, livros de registro de infrações disciplinares, diplomas, entre outros. São suportes da escrita escolar que busca organizar, fiscalizar, classificar e atestar as práticas de professores e alunos na escola.

Para ampliar a categorização, Miguel e Luz (2019:p.25,26) estabelece uma classificação de documentos sobre a educação, tanto aqueles abrigados nas escolas quanto aqueles resguardados em outras instituições:

**Figura 01** – Possíveis documentações encontradas nas instituições escolares.

TIPO DE DOCUMENTO	INFORMAÇÕES POSSÍVEIS
<b>Diário de Classe/ Caderneta Escolar</b>	Relação de alunos e professores por turma; disciplinas ofertadas; dinâmica da disciplina com os conteúdos ministrados; frequência de alunos e professores; registro docente quanto a trabalhos, atividades e comportamento de alunos, entre outros.
<b>Pasta de Alunos</b>	Documentos pessoais do aluno e dos pais, ficha de matrícula, percurso escolar-histórico, profissão dos pais, local de moradia da família, relatórios médicos ou pedagógicos, entre outros.
<b>Livros de Registro</b>	São inúmeros livros que podem ser encontrados nas escolas: livro de ponto, livro de ata (Conselhos, congregação, grêmios, centros cívicos, reuniões de modo geral), livro de visita, livro de ocorrência, livro de incineração, livro de matrícula, livro de protocolo de correspondência, livro de registro e diplomas, entre outros.
<b>Álbuns Fotográficos</b>	Registro fotográfico de festas, momentos de sociabilidade, de formaturas, projetos, entre outros.
<b>Correspondências</b>	Ofícios, memorandos, cartas, convites, periódicos.
<b>Regulamentos/ Legislação</b>	Diário oficial, decretos, portarias, regimentos, estatutos quase sempre relacionados à escola.
<b>Planejamento Pedagógico</b>	Planos de aula, planejamento anual, programação de horário e disciplinas, distribuição de horários, relatórios de atividades, entre outros.
<b>Trabalhos Escolares</b>	Cartazes, jornais escolares, textos escritos, maquetes, vídeos, álbuns, fichas de avaliação, entre outros.
<b>Arquitetura e objetos materiais</b>	Disposição dos espaços escolares, móveis, materiais pedagógicos, uniformes, bandeiras, instrumentos musicais, entre outros
<b>Notas fiscais</b>	Notas de compras de alimentos, materiais de consumo, prestação de serviço; notas de recebimento de mensalidades e de outros materiais, folha de pagamentos.
<b>Livros</b>	Livros didáticos, paradidáticos, informativos, literatura, obras de referência, enciclopédias, dicionários.

**Fonte:** MIGUEL, LUZ (2019, p. 25,26).

Bonato (2005) cita Sólis (1992) para apresentar uma possível classificação dos documentos que podem ser usados por um pesquisador em História da Educação, são esses: textuais (manuscritos, datilografados, impressos, microfilmados etc.), iconográficos (fotos, slides, desenhos, croquis, gravuras, pinturas etc.), cartográficos (mapas e plantas), gravações sonoras e audiovisuais, entre outros. E completa:

“(…) ao historiador da educação não bastam os documentos escritos oficiais. Fontes orais, cadernos escolares, desenhos, antigos livros didáticos e atlas escolares, filmes, fitas cassete e fotos, também nos interessam. O acervo arquivístico de uma escola é formado, essencialmente, em decorrência de atividades administrativas e de suas práticas pedagógicas formais e informais. As primeiras produzem documentos de secretaria, porém é no cotidiano da sala de aula, *locus* principal das atividades pedagógicas, onde são ‘produzidos’ materiais diretamente relacionados ao processo ensino-aprendizagem.” (BONATO: 2005, p.200)

Os autores Norsela e Buffa (2013, p.20) também organizaram em tópicos categorias de arquivos que podem ser analisados na pesquisa sobre a história das instituições escolares:

“o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; seu processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual; a vida da escola; o edifício escolar: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; os alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; os professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; os saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos as normas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; os eventos: festas, exposições, desfiles e outros.”

São documentos que fazem parte de uma eclosão de fontes históricas produzidas dentro ou fora da escola. Essas fontes podem ajudar ao pesquisador-historiador a refletir sobre a vida particular daquela escola e alinhá-la ao contexto local e nacional. São documentos que tem importância e utilidade naquilo que se quer pesquisar e entender sobre História da Educação.

Todavia, segundo Edward Carr (1982), nenhum documento dirá mais do que o seu autor pensava sobre o que havia acontecido, o que deveria acontecer ou o que aconteceria, no máximo, o que ele queria o que os outros pensassem ou o que ele pensava pensar. Nada disso significa alguma coisa até que o historiador trabalhe sobre esse material e decifre-o. De acordo com Carr, “os fatos mesmos se encontrados em documentos, ou não, ainda têm que ser processados pelo historiador antes que se possa fazer qualquer uso deles” (1982, p.18).

O que Carr (1982) defende é que, quando o historiador for se debruçar sobre os arquivos, sejam eles escolares ou não, deve se programar a escolher quais arquivos pesquisar e por que pesquisar. Não é uma opção aleatória. A pesquisa deve ser direcionada a princípio pelo tema a qual escolhe, nas fontes que seleciona e nos problemas que ele formula. O historiador francês Michael de Certeau (1925-1986), em um ensaio apontou que “toda a pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção” e é neste lugar que é instaurado “métodos que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam” (CERTEAU:1982, p.66,67)

Com base no pensamento de Carr (1982) e de Certeau (1982), pode-se afirmar que, todo o rastro do passado precisa ser depurado, decodificado, interpretado e, caso isso não ocorra, o documento permanecerá mudo e encapsulado. Fazendo uma ponte com os arquivos escolares, é correto dizer que, esses arquivos são documentos e, como qualquer outro, não estão fechados em si, pelo contrário, estão contextualizadas em uma conotação histórica, à medida que, reflete ou explica um fato de um tempo específico da sua produção. Ou seja, os documentos escolares “(...) são elaborados por pessoas de épocas e grupos sociais diferentes, e a produção destas pessoas é permeada de elementos determinantes, seja pelo cargo que ocupa ou pela sua própria inserção social” (RODRÍGUEZ, 2004, p. 26).

#### 1.4. A pesquisa sobre as Instituições Escolares

A maioria das pessoas está habituada a observar as instituições escolares – privadas ou públicas - como algo pronto e acabado, não tendo a percepção de pensá-las como uma instituição historicamente construída ao longo do tempo, transformada por diferentes agentes como o Estado, legislações, políticos, professores, alunos, pais, funcionários, programas, diários, boletins, etc. A escola não é uma instituição engessada, parada no tempo, mas um espaço que foi sendo construído, transformado e retransformado ao longo de sua história. Ela não só possui uma estrutura física, mas são também, lugares abstratos e subjetivos. É um ambiente onde sintetiza muitas das características e contradições do sistema educativo de cada período histórico. Em outras palavras, apesar de cada escola possuir sua identidade própria e sua historicidade, ela não se dissocia dos ditames educativos locais, nacionais e globais.

Desde que a História da Educação foi influenciada pela Nova História, ela se tornou um ambiente de pesquisa com um cardápio de fontes variadas. Agora, todas as ações das instituições escolares têm historicidade porque não são mais vistas apenas como um montante de pastas abarrotadas de papéis repousando em um armário ou prateleira, numa secretaria, num museu ou biblioteca pública. Pelo contrário, é um material que tem adquirido uma crescente na pesquisa, visto como parte do patrimônio cultural de uma escola, símbolos da memória. Com a ampliação dessas fontes de pesquisa, o número de trabalhos científicos sobre as instituições escolares em seus mais diversos mundos e contextos aumentou consideravelmente. Isso pode ser constatado nos trabalhos de Bonato (2005) e Buffa (2021), quando ambas, confirmam isso.

Bonato (2005) em seu artigo “Arquivos escolares como fonte de pesquisa para a educação”, relata que no I Congresso Brasileiro de História da Educação (2000), que teve como eixo temático “Fontes, categorias e métodos de pesquisa em história da educação”, ficou evidente a postura positivista por parte dos pesquisadores, por conta da ampla utilização de fontes oficiais nos seus trabalhos como séries legislativas, relatórios, pareceres, discursos de autoridades políticas, entre outras. Porém, no segundo congresso, realizado em 2002 em Natal (RN), pode-se perceber nos trabalhos apresentados, a utilização de novas fontes como a fotografia, o material escolar, arquivos escolares, fontes orais, imprensa pedagógica, cartuns, jornais, semanários e revistas, livros didáticos, imagens de filmes, entre outros.

Em um levantamento realizado por Buffa (2021) — juntamente com seu grupo de pesquisa — entre dissertações e teses defendidas em PPGEs em nove universidades estaduais e federais sobre as instituições escolares referentes aos anos de 1971 a 2005, foram encontradas diversas pesquisas sobre instituições de ensino básico (públicas e privadas), do ensino superior,

do ensino profissional, das escolas normais (públicas e privadas), institutos de pesquisas, entre outros. A autora constatou que, as instituições antigas e socialmente mais prestigiadas eram as mais estudadas, por outro lado, as escolas do trabalho e as mais modestas, destinadas à população carente, foram pouco pesquisadas.

A pesquisadora apurou que o foco principal dessas pesquisas, objetivava estudar aspectos e temas específicos como formação de professores, evolução do currículo, experiências pedagógicas inovadoras, etc. Veja o quadro abaixo elaborado pela própria autora:

**Quadro 01** - Pesquisas sobre as instituições escolares (1971-2005).

01. Instituições particulares de ensino básico (laicas e confessionais)	48
02. Instituições de ensino superior (públicas e privadas)	29
03. Instituições de ensino profissional (médio e superior)	27
04. Escolas Normais (públicas e privadas)	21
05. Instituições de referência (Ex: Colégio Pedro II, antigos colégios)	11
06. Institutos de pesquisa (Ex: Agrônomo, Butantã, Pasteur)	11
07. Ensino básico público	09
08. Grupos escolares	05
09. Estudos gerais sobre a temática de instituições escolares	05
10. SENAI/SENAC	02
11. Instituições não escolares (Ex: Secretaria de Educação, Ministério da Educação)	02
12. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes)	01

**Fonte:** BUFFA (2013, p. 153).

Conforme o quadro acima, é constatado que o arquivo escolar, é algo que vai muito além de um acúmulo de documentos ligados a simples prova de vida de uma escola, mas, também pode ser visto, como um “repositório das fontes de informação diretamente relacionadas com o funcionamento das instituições educativas, o que lhes confere uma importância acrescida nos novos caminhos da investigação em educação” (MOGARRO: 2005, p.77).

Os atuais pesquisadores que se propuseram a analisar a história das instituições educativas dentro dos seus recortes históricos, se comprometeram a discutir, não apenas o funcionamento e as práticas pedagógicas, mas, averiguar as múltiplas dimensões que cercaram sua implantação, consolidação e desenvolvimento, não as vendo como um fim em si mesmo.

## **CAPITULO 02: FUNDAÇÃO E FORMAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO FAZENDA HIPÓLITO**

### **2.1. A Zona Rural e a Educação: uma relação não muito amistosa**

Connelly e Clandini (2007, *apud* FONSECA; JUNIOR, p.199), afirmam que o cenário é o lugar onde as ações ocorrem, os sujeitos se formam, vivem suas histórias, onde o contexto social e cultural tem o papel de construir ou permitir. Segundo Piletti (2001, p.10,11), quando em um sistema social há desigualdade, “o individualismo” e a “exploração de uns pelos outros” tendem a se reproduzir na escola. Com isso, segundo o autor, as instituições escolares não são entidades isoladas da realidade social e nem recortes autônomos, mas produtos de determinações exteriores.

Pensando da mesma forma, Magalhães (1996) afirma que, para compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa, a mesma deve ser integrada a uma “realidade mais ampla” que não limitada apenas ao sistema educativo que se encontra, mas a sua “comunidade” ou “região” onde se localiza para dar-lhe um sentido histórico (MAGALHÃES, 1996, p.2).

Com isso, para falar sobre a situação escolar dos alunos na Escola Municipal do 1º Grau Hipólito (1990-2000), tendo como referência no número de reprovações e evasões, é necessário conhecer “o lugar” onde a escola se localiza e um pouco do que é o mundo rural na história do Brasil. Sendo assim, o objetivo desse capítulo é fazer um breve relato histórico sobre a fundação e evolução do Projeto de Assentamento Sítio Hipólito (Mossoró-RN).

A educação rural no Assentamento Hipólito não deve ser tratada como um fenômeno isolado, uma vez que é parte de um contexto maior, uma problemática relacionada à estrutura fundiária no Brasil. Assim, no sentido de situar melhor os problemas da educação hipolitana na década de 1990, sinto a necessidade de fazer uma breve abordagem sobre o problema agrário brasileiro e as razões da criação desse Assentamento.

A relação campo e educação não é das mais amistosas na historiografia brasileira. Conforme Pereira e Castro (2021), o processo de estruturação de serviço educacional no meio rural que iniciou no fim do século XIX devido à necessidade de mão de obra mais especializada nas atividades agropecuárias. Isso se dá, em razão da expansão da monocultura cafeeira e do fim da escravidão que deixou muitos cargos ociosos. Por causa disso, os donos da terra, aceitaram a inserção de instituições de ensino em seus domínios.

Segundo o historiador José Murilo de Carvalho (2012), no início do período republicano, o Brasil era um país tipicamente agrário e, devido a isso, a maioria dos trabalhadores rurais viviam da pequena lavoura de subsistência. Ao citar o censo de 1920, Carvalho (2012) cita que apenas 16% da população vivia em cidades de 20 mil habitantes ou mais, e 70% se ocupavam em atividades agrícolas, pois a economia nacional era impulsionada pela exportação de produtos primários. E os grandes proprietários de terra (chamados de coronéis), em sua maioria, eram os mesmos escravocratas de 1888, que sustentavam a política do coronelismo (CARVALHO, 2012, p.54)

O coronelismo no Brasil, que era bastante intenso no Nordeste — tanto nas regiões de produção de açúcar como naquelas dedicadas a criação de gados — era um grupo sólido e dominava toda a estrutura do campo naquele período. Em alguns momentos, havia uma quebra de braço entre o Estado e essa oligarquia rural e em outros momentos os dois coadunavam. Entretanto, nesse jogo de interesses, quem perdia eram as famílias rurais com a falta da infraestrutura básica em suas comunidades, entre elas a educação. A zona rural, que por décadas foi desassistida pelo Estado, que se eximiu em dar uma educação de excelência aos ruralistas, que era por direito republicano e, quando assistida, era segundo as conveniências dos coronéis.

A título de exemplo, Carvalho (2012) cita que os coronéis baianos tinham uma força política era tão enérgica que fugia do “controle do governo do estado”. Eram como se fossem “pequenos estados dentro do estado”, ou seja, nas fazendas dos coronéis, em algumas situações, “o braço do governo não entrava”. E ele continua

“O coronelismo não era apenas um obstáculo ao livre exercício dos direitos políticos. Ou melhor, ele impedia a participação política porque antes negava os direitos civis. Nas fazendas imperava a lei do coronel, criada por ele, executada por ele. Seus trabalhadores e dependentes não eram cidadãos do Estado brasileiro, eram súditos dele. Quando o Estado se aproximava, ele o fazia dentro do acordo coronelista, pelo qual o coronel dava seu apoio político ao governador em troca da indicação de autoridades, como o delegado de polícia, o juiz, o coletor de impostos, o agente do correio, a *professora primaria* (grifo nosso)” (CARVALHO: 2012, p.56)

Furtado e Brandão (2009, p. 19) lembra um certo discurso de um governador mineiro<sup>4</sup> dos anos de 1920, que ao enfatizar a importância da reformulação dos currículos educacionais para a população da zona rural, afirmou que “para o cultivo da terra, para mexer com a enxada e para cuidar do gado, não são necessárias muitas letras”. Essa fala reflete muito bem o que predominava na política educacional brasileira sobre a educação rural, onde mostra que desde

---

<sup>4</sup> Esse discurso foi citado por Miguel Arroyo (1999) no prefácio ao livro de Roseli Caldart “Pedagogia do Movimento Sem Terra”.

do início da nossa República ela é relegada a segundo plano apenas ao ensino das primeiras letras.

Além disso, os moradores da zona rural eram vistos de forma preconceituosa pela sociedade urbana, recebendo alcunhas do tipo “caipira” ou “jeca-tatu”. São expressões pejorativas que os classificam como sujeitos atrasados, preguiçosos, ingênuos ou incapazes. Percebe-se, então, que existe uma concepção cultural de que a escola urbana é melhor do que a rural, imputando um “determinismo geográfico como fator regulador da qualidade da educação, sendo critério equivocada da política de investimentos” (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2011, p.38,39).

Para sanar esses problemas, os governos federais e estaduais, começaram a investir na construção de assentamentos para acomodar famílias rurais que reclamavam por um espaço de terra para sua subsistência e por direitos sociais como educação. Porém, para Bergamasco e Noder (1996), a implementação dos assentamentos no Brasil, não decorria de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo.

A questionável participação do Estado na educação rural, fez suscitar movimentos sociais que desenvolveram propostas educativas para o meio rural na década de 1960, dando origem ao Movimento pela Educação do Campo. Esse movimento tem com proposta a luta pelos direitos educacionais no meio rural levando em conta os seguintes critérios: os aspectos da diversidade desse meio, a situação histórica particular de cada comunidade, os recursos disponíveis, as expectativas e os anseios dos que vivem no campo.

O Movimento pela Educação do Campo, aliada ao Movimento dos Sem-Terra (MST), tem como uma de suas bandeiras de luta a reforma agrária, a formação de assentamentos e a regulamentação de áreas de grupos de quilombolas, indígenas, povos da floresta, ribeirinhos, entre outros. Além do MST, destaca-se também a ação das próprias comunidades rurais que se organizaram para criar escolas independentes, contando, algumas vezes, com o apoio da Igreja, de ONGs e outros movimentos sociais como partidos de esquerda, movimentos de camponeses, sindicatos dos trabalhadores rurais, dentre outros.

A Educação do Campo<sup>5</sup> é uma referência para muitos, no que diz respeito a luta histórica dos movimentos sociais dos povos da zona rural, que lutaram para garantir que crianças, jovens e adultos tenham direito ao acesso e a permanência a uma educação que atenda as especificidades das populações do campo como um “processo de emancipação humana,

---

<sup>5</sup> Foi considerada modalidade de ensino pela Resolução CNE/CBE n. 4/2010.

valorizando a cultura, a diversidade dos sujeitos, o trabalho coletivo e a realidade onde a escola está inserida” (CUNHA et al: 2018, p.40)

Seu currículo escolar fundamenta-se em uma lógica de desenvolvimento que privilegie o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção da cidadania e inclusão social, colocando os sujeitos do campo no processo produtivo com justiça, bem-estar social e econômico (JUNIOR; NETTO: 2011).

O Movimento pela Educação do Campo sofreu uma pausa nos anos do regime militar (1964-1985) retornando apenas nos anos de 1980 para participar na construção da Constituição de 1988. A partir daí, com a promulgação da Constituição, Movimento pela Educação do Campo teve papel fundamental em reposicionar a educação rural no panorama educacional. Além da Constituição de 1988, outro instrumento que contemplou as demandas do Movimento pela Educação do Campo foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. O artigo 28 esclarece bem essa afirmativa:

**Art. 28.** Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: **I** - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; **II** - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; **III** - adequação à natureza do trabalho na zona rural. **Parágrafo único.** O fechamento de *escolas do campo* (grupo nosso), indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996)

Nota-se que até a nomenclatura “educação rural<sup>6</sup>” foi ressignificada para “educação do campo”. Segundo seus defensores, o primeiro traz uma visão tradicional do espaço rural, não incorporando as demandas trazidas pelo Movimento pela Educação do Campo. Para esse movimento a “educação rural” modelo educacional interpretado como instrumento de reprodução e expansão de uma estrutura agrária concentradora. Já o termo Educação do Campo, concebe ao campo a ideia de espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso à terra e pela oportunidade de permanecer nela. O campo agora é, acima de tudo, um espaço de cultura singular, rico e diverso.

Para ser mais abrangente no conceito sobre educação do campo, o Documento Curricular do Rio Grande do Norte (CUNHA et al: 2018) dá o seguinte conceito:

---

<sup>6</sup> Nesta dissertação, ficaremos com o conceito de educação rural ao invés de Educação do Campo.

A Educação do Campo assenta-se no princípio de respeito às diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura, suas tradições e suas identidades. As atividades curriculares e pedagógicas da Educação do Campo devem efetivar uma proposta de desenvolvimento sustentável, com observância ao que dispõem as Diretrizes Curriculares Nacionais, adotando-se formas alternativas de organização de tempos e espaços escolares dedicados ao estudo e à investigação pelos estudantes de questões ligadas a sua realidade, com flexibilização e adequação no calendário e nos agrupamentos etários, em um processo que conte com efetiva participação da comunidade do campo e respeite sua diversidade em relação a outras comunidades. (CUNHA et al: 2018, p.40)

Até mesmo o conceito sobre “população do campo” foi expandido. Conforme o Decreto n. 7.352/2010, artigo 1º capitulo um, as populações do campo não são somente aqueles que moram em assentamentos, sítios ou fazendas, mas, além desses: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010a).

## **2.2. Fundação do Assentamento Hipólito**

A criação do Projeto de Assentamento Fazenda Hipólito se deu no ano de 1986 quando o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)<sup>7</sup> recebeu do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN) um imóvel rural conhecido popularmente como “Fazenda Hipólito” localizado na cidade de Mossoró (RN) às margens da BR-304. A área total desse imóvel era de 6.685.2450ha (seis mil, seiscentos e oitenta e cinco hectares, vinte e quatro ares e cinquenta centiares).

O objetivo do BDRN em entregar esse imóvel ao INCRA era transformá-lo em um assentamento dentro das normas públicas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)<sup>8</sup> para desapropriação por interesse social. Esse tipo de assentamento da União Federal, muito amplo no governo do Presidente Sarney (1985-1990), tinham como estratégia a compra, venda ou hipoteca de imóveis rurais que estavam em débito com os bancos, que era o caso da Fazenda

---

<sup>7</sup> Foram cinco documentos enviados pelo INCRA: 1) o despacho (Processo nº 54000.060852/2022-07) onde contém um resumo sobre a fundação do Projeto de Assentamento Hipólito; 2) portaria de criação do Projeto de Assentamento Hipólito; 3) mapa do loteamento; 4) certidão de cartório do Assentamento na comarca de Mossoró (RN); 5) a certidão de cartório da comarca de Governador de Dix-Sept Rosado; 6) auto de emissão de posse dos assentados. Vejam todos esses documentos no Anexo I.

<sup>8</sup> O PNRA foi um plano de urgência do governo federal por conta da força dos movimentos sociais dos sem-terra que exigiam um programa de reforma agrária. Esses movimentos sociais vinham aumentando cada vez mais na década de 1980 em todo o território brasileiro. Isso demonstra que a reforma agrária não aconteceu pela vontade absoluta do Estado, mas por uma forte pressão desses movimentos.

Hipólito. Nesse período, foram desapropriados 748 imóveis rurais em todo o país por meios de decretos presenciais (FIGUEREDO; SILVA: 2020, p.129).

Conforme Bergamasco e Noder (1996, p.8), até aquele momento existiam três tipos de projetos de reforma agrária:

- a) os de colonização, onde seriam ocupadas áreas devolutas;
- b) os de reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas;
- c) os de planos estaduais de valorização de terras públicas e regularização possessória;
- d) os de reservas indígenas para seringueiros amazônicos;
- e) assentamentos via “desapropriação por interesse social”, que é o caso do P.A. Hipólito.

Após o INCRA receber a Fazenda Hipólito e o mesmo ter sido aprovado nas tratativas administrativas e avaliativas para sua inserção na reforma agrária, ou seja, ao perceberem a viabilidade de transformá-la em um Assentamento, foi publicado o decreto n. 93.323 no dia 01 de outubro de 1986, assinado pelo então Presidente da República José Sarney autorizando a desapropriação do imóvel para a criação do Assentamento. Após a desapropriação, ocorreu por definitivo a posse do imóvel por meio da Portaria n.º 556, de 09 de julho de 1987, publicada no B.S. n.º 28, de 13 de julho de 1987.

Da área de 6.685.2450ha (seis mil, seiscentos e oitenta e cinco hectares, vinte e quatro ares e cinquenta centiares), foram desapropriados pelo INCRA somente 4.867, 1495 (quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco hectares, catorze ares e noventa e cinco centiares). A distribuição da área ficou assim: o município de Mossoró ficou com 4.619, 8222 ha (quatro mil seiscentos e dezenove hectares, oitenta e dois ares e vinte e dois centiares) e o município de Governador Dix-Sept Rosado com 207, 9188ha ha (duzentos e sete e novecentos e dezoito hectares, noventa e um ares e oitenta e oito centiares).

Não só a maior parte da área do assentamento ficar no município de Mossoró, como também, toda a sua infraestrutura (casas, posto de saúde, escola, etc.). Foram contempladas 137 casas para os futuros assentados e cada casa com direito a 22,50ha (vinte e dois hectares e cinquenta ares) para o uso agropecuário.

O Projeto de Assentamento Fazenda Hipólito localiza-se na região semiárida do Alto Oeste potiguar, onde as chuvas ocorrem de maneira irregular e com duas únicas estações, uma chuvosa não ultrapassando os cinco meses, e outra de estiagem entre sete a oito meses do ano. O mesmo usufrui da água do Rio Angicos de regime intermitente e dispõe de três açudes de porte médio<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Confira no mapa: <https://mapcarta.com/pt/N5339649859/Mapa>

De forma organizacional, encontra-se às margens da BR-304, a 22 km da zona urbana, a 35 km da cidade de Açu e a 242 km de Natal. Está dividida em duas vilas (Hipólito I e II), contendo um espaço de dois quilômetros entre as duas. Esse espaço foi destinado para a implantação de prédios administrativo e comerciais onde deveria ser construído a Associação, o comércio, o posto de saúde, a escola, os templos religiosos, entre outros segundo o interesse dos associados.

Segundo as fontes pesquisadas, a desapropriação da Fazenda Hipólito e fundação do Assentamento não implicou a existência de violência entre movimentos dos sem-terra com as forças do governo, como ocorreu em muitos outros naquele período no Brasil, mas realizada pelo INCRA de forma pacífica, mediante acordos prévios entre proprietários e trabalhadores para ocupar o imóvel. Essa passividade fez que o processo de desapropriação foi acelerado.

### **2.3. O cadastramento dos assentados**

Após criação do Assentamento o próximo passo seria o cadastramento dos futuros assentados. Com a notícia de que a Fazenda Hipólito seria desapropriada iniciou-se o processo de ocupação, seleção e cadastro dos beneficiários, situação esta, que seria organizada pelo INCRA e pelo Sindicato da Lavoura de Mossoró (SLM).

Segundo conta Oliveira e Silva (1995), os primeiros cadastrados eram formados por um pequeno grupo de 25 trabalhadores que tinham ocupado um terreno que pertencia a antiga Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM) atual UFERSA (Universidade Federal Rural do Semi-Árido). No modo geral, havia uma ansiedade dos candidatos por esse cadastramento, não devido à posse da terra, mas também, devido ao Plano de Emergência que, sob a responsabilidade governo estadual norte-rio-grandense, dava recursos assistencialistas para as famílias carentes vítimas da seca ou das enchentes, e um dos requisitos exigidos pelo governo estadual, era que os beneficiados fossem cadastrados no INCRA (GAZETA DO OESTE, 14/07/1987)<sup>10</sup>.

O INCRA, a EMATER (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural) e o Sindicato da Lavoura de Mossoró (SLM), foram os órgãos envolvidos no cadastramento dos assentados. O presidente do SLM, o Sr. Antônio Inácio, participou de várias reuniões promovida pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN)

---

<sup>10</sup> Conforme Vale Neto (1993) o cadastramento dos assentados foi feito pelos funcionários do INCRA, e auxiliado pelo Movimento de Educação de Base (MEB) e pelo Sindicato da Lavoura. Porém, o autor destaca a ausência dos partidos políticos de esquerda, que apesar de ocuparem lugar de destaque na luta pela terra, não compareceram.

juntamente com outros dirigentes de outros sindicatos como o de Açú, Baraúna e Upanema para discutir sobre a distribuição de terras entre os assentados cadastrados pelo INCRA, pois, naquele momento, havia cinco assentamentos a serem organizados, entre eles o da Fazenda Hipólito (Gazeta do Oeste: 27/08/1987).

**Figura 02** – Reportagem sobre a distribuição de terras para Assentamentos do RN (1987)



**Fonte:** Registrado por Tony Cesar da Costa Freire (2024)

Em entrevista, o Pres. Antônio Inácio fez críticas ao INCRA no que se refere aos critérios de seleção/cadastramento dos assentados. Segundo ele, a autarquia errou em ter dado prioridade as famílias que já estavam na Fazenda antes da desapropriação. Para o então presidente do SLM, o problema é que muitas dessas famílias que estavam ali, foram oportunas, porque já sabiam da desocupação do imóvel e não tinham nenhuma ligação com a agricultura, ou seja, estavam interessados somente no lote ou nos créditos especiais que os assentados tem direito.

Para ele, o primeiro critério que deveria ser adotado era, priorizar os trabalhadores sindicalizados e eliminar aqueles que não entendiam nem o significado de agricultura familiar. Porém, para infelicidade do sindicalista, 80% dos assentados foram aqueles que já se encontravam na área da fazenda. Com isso, o processo de cadastramento é considerado uma das primeiras problemáticas do Assentamento Hipólito.

Na pesquisa de Oliveira e Silva (1995) sobre o cadastramento dos primeiros assentados no Assentamento Hipólito, os autores fizeram entrevistas significativas com moradores e funcionários da EMATER e outros órgãos sobre isso. Entre os entrevistados, encontra-se o Sr. Tertuliano, morador do Assentamento que, segundo ele, apesar do esforço profissional do INCRA e do SLM, o cadastramento não ocorreu de maneira correta porque “foram selecionadas

peessoas que não tinham aptidão para a agricultura, que pensava que o Hipólito ia ser a solução e não uma obrigação. Pensavam que chegando aqui iam ter muito credito.”

Quem comunga do mesmo pensamento do Sr. Tertuliano é a funcionária Ivete da EMATER. Para a funcionária, a seleção foi falha e mal feita. Ela diz que, apesar de ter sido selecionada muita gente boa que melhorou a vida no assentamento, tinham outros que não eram para estarem ali. Para Ivete, em torno de 30 a 40% dos assentados eram mais ocupadores de terra do que produtores.

Edilma foi outra funcionária da EMATER que também participou do processo de avaliação, seleção e cadastramento dos primeiros moradores do Assentamento Hipólito. Ela afirma também que, essa fase foi um dos primeiros problemas do Assentamento. Na avaliação dela “nem todos os assentados eram agricultores” e tinham alguns que “eram da periferia de Mossoró, comerciantes, que se instalaram no Assentamento dificultando o trabalho de organização”<sup>11</sup>.

#### **2.4. Criação do APARAHÍ (Associação do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária da Fazenda Hipólito)**

Muitas foram as dificuldades no início do assentamento, entre algumas delas destacamos a falta d’água para consumo humano e, principalmente, a ausência de uma infraestrutura básica como escola, serviços de saúde, lazer, etc. Essa situação deixou transparecer que o real interesse do poder público na criação de assentamentos que era tão somente abafar situações conflituosas do campo que existiam no Brasil “sem ter a preocupação de garantir aos assentados as condições básicas para que se tornem autossustentáveis” (BRAGA: 2006: p.49).

Bergamasco e Noder (1996: p.9) concordam com Braga (2006), afirmando que a implementação dos assentamentos no Brasil na segunda metade dos anos 80 não decorria de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas, tão somente, uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo. Diante disso, fica claro que se deve considerar que existe uma distância considerável entre a conquista da terra e a conquista dos direitos básicos necessários ao desenvolvimento

---

<sup>11</sup> Deixamos claro que não compactuamos com as declarações apresentadas nas entrevistas sobre quem merecia ou não merecia ser cadastrado pelo INCRA para o recebimento das terras no Assentamento Hipólito. Nosso objetivo é relatar o que estar nas fontes.

sustentável dessa terra, no que se refere a viabilidade/melhorias nas condições de vida nas famílias assentadas.

A criação de assentamentos tem melhorado, em parte, a vida de famílias que vivem do campo, a terem uma terra para morar e plantar, e que isso não é mérito somente do Estado, mas também, fruto das constantes lutas dos trabalhadores rurais por reforma agrária. No entanto, os assentamentos nem sempre representaram a garantia de sustentabilidade. Segundo Araújo (2001: p.99) os assentamentos rurais, embora representem “o resultado de um processo de luta empreendido por trabalhadores demandantes por terra, não significa a garantia de direitos básicos necessária ao seu desenvolvimento autossustentável”.

Esses assentamentos, independentemente de sua origem, criados pelo governo federal visando regularizar as propriedades agrárias distribuídas e organizadas em um determinado espaço, são vistas por muitos, como algo privilegiado no que diz respeito as políticas públicas no campo. Pois, além de um novo espaço rural ser criado para a moradia de agricultores ociosos, são introduzidos novos elementos, novas demandas e novos agentes nas relações de poder como instituições governamentais como INCRA, prefeituras, secretarias de agricultura estaduais e municipais, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), organizações não-governamentais, entidades religiosas, sindicatos, associações de produtores, cooperativas, entre outros. Mas, para isso ocorrer, era exigido a criação de associações regularmente reconhecida pelos governos.

Portanto, para que a atuação desses órgãos tivesse efeito sobre os assentamentos, esses espaços agrícolas deveriam, antes de qualquer coisa, criar uma Associação oficialmente registrada e reconhecida pelo INCRA, e foi isso que aconteceu no Assentamento Hipólito. Quase um ano após a criação do Assentamento, no dia 20 de maio de 1988, foi criada a Associação do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária da Fazenda Hipólito (APARAHÍ). Foi a partir daí, que vieram investimentos e financiamentos vindos do Estado, tanto ao nível federal, estadual como municipal.

O APARAHÍ — como todas as associações de assentados ligados ao INCRA — foi criado com o objetivo prioritário de fortalecer e melhorar as condições de emprego e renda da comunidade, com atividades de natureza variada que possam equacionar a produção e a comercialização daquilo que é produzido dentro do assentamento. Promover e adotar na comunidade instrumentos de assistência ao trabalhador incentivando o empreendedorismo.

Conforme o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), as associações em assentamentos de interesse público são sociedades sem fins lucrativos e procura representar e defender os interesses dos associados como prestar serviços, viabilizar assistência técnica,

cultural e educativa aos associados. Elas representam as demandas econômicas dos assentados, facilitando a participação do produtor rural no mercado.

“Uma associação legalmente registrada possibilita a seus associados ter voz e se fazer ouvir na sociedade e nos espaços de decisão pública, como os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, de educação, de saúde, de segurança, de meio ambiente, entre outros. Da mesma forma, para representar os seus interesses em câmaras municipais, em políticas e programas governamentais, ou mesmo para obterem acesso a algumas linhas de crédito, os produtores e trabalhadores rurais necessitam se organizar (SENAR, 2011: p.8)

Sua ideia básica é resolver problemas comuns da comunidade e potencializar a sua economia através da compra de insumos, venda produtos, contratação de assistência técnica, beneficiar produtos, produzir e vender artesanatos, doces, compotas, comidas típicas, entre outros. Estes interesses se constituem em algumas das motivações que estão na origem das associações. Além de fortalecer as iniciativas produtivas e comerciais, as associações rurais podem também se voltar para os interesses e necessidades relacionados com a vida da comunidade, como estradas, escolas, postos comunitários de saúde, creches, transporte escolar, pontes, mata-burros, promoção de eventos, festas, gincanas, quermesses, construção de centro comunitário, recuperação de patrimônio cultural ou natural, entre outras.

Todavia, o Assentamento Hipólito dentro das expectativas econômicas que se tinha sobre ela não deu certo. Atualmente, não há nada nessa comunidade de grande expressividade e que der aos seus assentados uma segurança financeira. Esse atraso econômico está muito ligado aos projetos fracassados que ocorreram ao longo dos seus quarenta anos de existência, principalmente na sua primeira década.

Em 2001, quatorze anos depois da sua fundação, o jornal Gazeta de Mossoró (21 de janeiro de 2001), noticiou que, das 137 famílias assentadas, apenas 37 foram beneficiadas com recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e as demais famílias não foram contempladas porque não quitaram antigos empréstimos tomados no Banco do Brasil (BB) e do Nordeste (BN), sendo que, muitas dessas dívidas, já vinham ocorrendo desde 1997. Sem dinheiro, os assentados não podiam comprar sementes para o plantio, com isso, ficaram na dependência das sementes (cultura de sequeiro) distribuídas pelo Governo do Estado e Prefeitura de Mossoró.

## **CAP. 3: EVASÕES E REPROVAÇÕES NA ESCOLA MUNICIPAL DO 1º GRAU HIPÓLITO (1990-2000)**

### **3.1. O início da educação pública no Assentamento Hipólito**

Após a fundação do assentamento e o processo de cadastramento e criação da Associação serem concluídas, o próximo passo seria a organização de uma infraestrutura básica, como, por exemplo, uma escola. O atendimento aos serviços públicos como educação e saúde não era responsabilidade do INCRA, mas dos poderes estaduais e municipais. Porém, enquanto a escola pública não chegava, os moradores do assentamento eram assistidos por professoras voluntárias da própria comunidade que davam aula de alfabetização a crianças, jovens e adultos.

Havia outra opção para as famílias hipolitanas, era uma escola estadual de ensino primário (1º a 4º série) chamada de “Escola Isolada Comunidade Espinheirinhos” localizada Comunidade Espinheirinho, a comunidade rural mais próxima do Hipólito. Com isso, a educação hipolitana, iniciou sob a tutela da lei educacional 4.024 de 20 de dezembro de 1961 onde, em seu artigo 32, dizia que, se os proprietários rurais que não pudessem manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas deveriam facilitar a frequência às escolas mais próximas, ou propiciar a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades. Somente em 1990, três anos após a fundação do Assentamento, foi que a Prefeitura Municipal de Mossoró, implantou no Assentamento Hipólito, uma educação formal, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação com o nome de Escola Municipal do 1º Grau Hipólito.

Essa escola recebia esse nome porque estava conforme a lei 5.692/71 (BRASIL: 1971) que, segundo os artigos 17,18 e 20, a nomenclatura de ensino primário foi mudada para ensino de 1º grau tanto para séries iniciais como finais. Conforme essa lei, o ensino de 1º grau destinava-se à formação de crianças e pré-adolescentes, variando em conteúdo e métodos, segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

O ensino de 1º grau teria a duração de oito anos letivos e para o seu ingresso o aluno deveria ter a idade mínima de sete anos com matrículas obrigatórias até os 14 anos, porém, a escola do Hipólito só atendia somente alunos de 1º a 4º série com a idade de 06 a 09 anos. Os horários de aula eram divididos em três partes: matutino, intermediário e vespertino<sup>12</sup>. Já os

---

<sup>12</sup> Essas informações foram retiradas dos Livros de Matrículas (1990-2000).

alunos de 2º grau (atual ensino médio), estudavam na zona urbana e precisavam se deslocar de ônibus, caminhão ou outros no sistema de carona.

Como a Prefeitura não tinha ainda construído um prédio escolar, as aulas no Assentamento Hipólito, foram improvisadas em dois ambientes não propícios para a educação. O primeiro a ser usado foi o prédio da Associação (imagem A), pois além das aulas, esse local era usado pelos assentados para as reuniões periódicas e servia também de armazenamento e distribuição dos produtos agrícolas produzidos no Assentamento ou vindos de doações. No ano de 1993, com o aumento no número de matriculados, foi necessário improvisar outro ambiente (imagem B), nesse caso, a casa (bodega) onde vendiam-se produtos agropecuários produzidos pelos assentados e que estava desativado por não ter êxito econômico.

**Figura 03** - Locais onde ocorriam as aulas no Assentamento Hipólito (1990-2000)



**Fonte:** Registrado por Tony Cesar da Costa Freire, 2024

Os antigos prédios onde ocorriam as aulas ainda se encontram no Assentamento Hipólito, como se pode ver na imagem de satélite abaixo: no centro temos a Escola Municipal Evilásio Leão (atual escola) às margens da BR- 304, representado pela letra A encontra-se a casa (bodega) e pela letra B e a Associação (APARAHÍ).

**Figura 4** - Localização dos antigos estabelecimentos escolares (1990-2000)



**Fonte:** google.maps

Esse tipo de estrutura não era exclusividade no Assentamento Hipólito, pois no século XX, a maioria das escolas da zona rural do Brasil, as escolas eram improvisadas em casas ou galpões dentro das comunidades por não terem um prédio escolar. Abaixo apresento o salão interno da Associação (APARAH) onde sua estrutura ainda são as mesmas daquela usada pelos alunos.

**Figura 5** - Salão interno da APARAH do Assentamento Hipólito



**Fonte:** Registrado por Tony Cesar da Costa Freire, 2024

Os dois ambientes eram fisicamente alheios a uma estrutura física escolar adequada por não possuírem uma biblioteca, banheiros, secretaria, sala dos professores, etc. Na Associação, existia apenas uma divisória muito frágil que separava a sala de aula da cozinha. Ambos os prédios ainda se encontram no Assentamento Hipólito. A Associação funciona até hoje, já a casa está totalmente deteriorada e abandonada.

Nesse período, a maioria das turmas eram multisseriadas, ou seja, turmas heterogêneas constituídas por alunos de diferentes séries e de idades que dividem a mesma sala e, geralmente, com o mesmo professor. Após o decreto-lei 8529 de 1946 (BRASIL:1946), segundo o artigo 28, esse tipo de instituição escolar começou a ser chamada de “escola isolada”, não apenas por não terem estruturas básicas que uma escola precisa, mas também, por estarem longe da zona urbana.

Arroyo, Caldart e Molina (2011) descreveram essas as instituições como isentas de infraestrutura necessária, de docentes qualificados, de renovação pedagógica e com um currículo e calendário escolar alheios à realidade do campo. Sem falar que os conteúdos atendiam mais a ansiedade do mundo urbano do que a realidade do campo, onde o primeiro é superior ao segundo.

Após a nucleação da “Escola Municipal do 1º Grau Hipólito” e inauguração do seu novo próprio prédio escolar em fevereiro de 2001, a escola passou a se chamar “Escola Municipal Evilásio Leão” e seu currículo começou a atender alunos do ensino fundamental tanto dos Anos Iniciais que vão do 1º ao 5º ano com idade entre 6 a 10 anos, como também dos Anos Finais do 6º ao 9º ano com alunos de 11 a 14 anos. Atualmente essa escola recebe alunos de outras comunidades rurais adjacentes.

No Assentamento Hipólito, na década de 1990, quando chovia, as aulas eram suspensas por conta das péssimas condições das duas únicas vias que levavam os alunos para a escola, pois não existiam vias de acesso previamente planejado e construído pela Prefeitura para facilitar o acesso dos alunos a escola. Nesses dias chuvosos — normalmente entre os meses de março a junho — os alunos utilizavam a BR-304 para irem à escola, a pé ou de bicicleta, mas muitos faltavam porque os pais deixavam seus filhos irem por este caminho por ser uma rota perigosa.

Além de tudo isso, a escola não possuía uma biblioteca e banheiro. A sala de aula e a cozinha ficavam em um só ambiente, a divisão era feita por tábuas de madeira. Como se não bastasse, a escola era vítima de constantes arrombamentos, onde o principal alvo dos meliantes era a merenda dos alunos. Esses problemas que ocorriam na “E. M. 1º Grau Hipólito” são apenas, um pequeno retrato, de tantas outras escolas rurais espalhas pelo país.

Em entrevista<sup>13</sup> concedida em dezembro de 2005, quando a escola já era o “Evilásio Leão”, o Sr. Gilberto Jalles, então secretário de agricultura de Mossoró, relata que esse problema das vias de acesso à escola é culpa do planejamento estrutural do Assentamento Hipólito. Segundo o secretário, como a comunidade está dividida duas vilas, cada uma delas com uma distância de aproximadamente de dois quilômetros uma da outra, a administração pública municipal sempre teve dificuldade para construir órgãos públicos dentro dela. Para ele, não era interessante colocar uma escola em cada vila, mas entre elas. Por causa disso, os moradores têm dificuldade para se deslocarem ao colégio, tendo que às vezes, como já foi dito, usar a BR-304, arriscando suas vidas.

Segundo os Livros de Matrícula, na década de 1990, passaram pela “Escola Municipal 1º Grau Hipólito” cinco professoras<sup>14</sup> sendo apenas uma delas moradora da comunidade e as demais da zona urbana. Apesar dos Livros afirmarem que houve apenas cinco professoras, naqueles dez anos, há uma possibilidade de ter tido outras, porque a escola sofria bastante com a alta rotatividade desses profissionais, que desistiam de ensinar ali por diversos motivos:

---

<sup>13</sup> Essa entrevista foi retirada da obra da dissertação de Braga (2006)

<sup>14</sup> Atualmente, das cinco professoras registradas nos Livros de Matrícula, duas ainda lecionam na escola.

melhores propostas de emprego por adquirirem maior escolaridade, dificuldade de transporte, péssimas condições de trabalho, insegurança e sobrecarga de trabalho, pois muitas vezes eram as mesmas que faziam serviços de merendeiras, de secretaria e limpeza.

Dito isto, podemos perceber que a educação pública no Assentamento Hipólito na década 1990 era precária tanto em termos estruturais como pedagógicos: péssimas condições de trabalho, acesso à escola comprometida, ausência de biblioteca e banheiros, currículo e calendário escolar alheios à realidade do campo, conteúdos atendiam mais a ansiedade do mundo urbano do que a realidade do campo, entre outros.

### **3.2. A busca pelos arquivos**

Neste momento, irei apresentar a construção do censo escolar como resultado da pesquisa sobre a situação dos alunos matriculados na “E. M. do 1º Grau” no diz respeito ao número de evasões e reprovações entre os anos 1990 a 2000. Através desses números, notaremos ainda mais, com era insegura e inconsistente a educação pública hipolitana naquele período, como a maioria das escolas da zona rural do Brasil. Como já foi dito, esses números foram retirados dos arquivos permanentes da E. M. Evilásio Leão, a saber, os Livros de Matrículas e das Fichas Individuais dos alunos.

Segundo Ferreira (2019) para haver uma pesquisa satisfatória sobre a memória de uma instituição através dos arquivos escolares, é necessário haver uma eficiente gestão dessa documentação, pois, dessa forma, ocorre a preservação da memória, o testemunho da trajetória do estabelecimento escolar, e comprovam o efeito de suas atividades-fim em determinada comunidade. A autora defende os arquivos escolares como um espaço de memória, uma fonte de informação, um espaço de pesquisa gerados e administrados pelo trabalho de uma equipe escolar.

Ferreira (2019) relata que, a gestão documental de uma escola, tem como parâmetro, o ciclo vital dos documentos, ou seja, cada tipo de documento possui um período de guarda, determinado pela legislação, que rege a atividade documentada, mais conhecida como teoria das três idades, nas quais são: a corrente, a intermediária e a permanente (também conhecido como arquivo passivo). Nessas fases ou idades, cada documento terá uma função ou objetivo, ficando assim em cada arquivo por um determinado período e após a passagem desse tempo, passa-se de uma idade para outra.

O documento corrente é aquele que é emitido durante o ano vigente, seguindo o calendário oficial. Ao final de cada ano, a secretaria escolar vai transferir os documentos para

o nível intermediário, que é aquele que já cumpriu sua função mais imediata, permanecendo em custódia da secretaria escolar, para consulta e função probatória de até oito anos. Veja na imagem abaixo o percurso básico que um arquivo escolar deve passar para que se possa ter vida longa.

**Figura 06** - Percurso do documento escolar: corrente, intermediário e permanente



**Fonte:** Ferreira (2019)

Como podemos ver na imagem, a partir do final da idade intermediária, os documentos perdem sua função principal, ou seja, seu efeito social e probatório, e passam a configurar como documentação permanente. Nessa fase, a ordenação, organização, invólucro e arranjo desses documentos terão mais atenção. E são esses que são mais utilizados pelos pesquisadores, por terem informações históricas diversas e de grande valor de testemunho. Quando submetido à gestão documental apropriada, o arquivo permanente é aberto ao público, o que não acontece com as outras fases, por possuírem informações de caráter pessoal e sigiloso perante à lei.

Para início dessa pesquisa, pesquisei os arquivos permanentes inseridos na secretaria da E. M. Evilásio Leão com a ajuda dos funcionários responsáveis pela gestão desses documentos. O que facilitou essa busca é que, na escola, só existe um espaço físico para guardar os arquivos, que é a secretaria. E apenas dois funcionários para fazer, receber e guardar desses

documentos. Os arquivos de lá, são guardados em dois armários e em uma estante como mostra a imagem abaixo:

**Figura 07** - Arquivos Escolares da Escola Municipal Evilásio Leão (1990-2024)



**Fonte:** Registrado por Tony Cesar da Costa Freire, 2024

Os dois Livros de Matrículas utilizados na pesquisa, foram encontrados na estante e as Fichas Individuais no armário dos “arquivos mortos” inseridas nos Dossiês dos alunos, nas pastas do “Arquivo Passivo”. Não houve muita dificuldade para encontrar esses documentos, pois os dois funcionários foram bastantes solícitos.

Essa experiência científica me fez perceber que o ambiente arquivístico das escolas não devem ser vistos apenas como salas depositárias de documentos velhos e empoeirados a espera de algum ex-aluno, ou funcionário, buscando informações sobre uma segunda via do histórico escolar, ou sobre algum documento que prove o tempo de trabalho para fins de aposentadoria, mas que sejam considerados e visualizados como unidades de informação, responsável por armazenar toda a história da escola, a vida estudantil dos alunos e o funcionamento didático e administrativo da mesma. Portanto, os arquivos escolares devem ser conservados de forma satisfatória e eficaz para que sua função administrativa e historiográfica esteja sempre disponível a público e aos pesquisadores.

Principalmente o arquivo escolar permanente que, segundo Feijó (1988), por conta da sua natureza e importância, não pode ser eliminado sob pena de comprometer, total ou parcialmente, as informações sobre a vida escolar de uma determinada pessoa. Sua existência

deve ser de forma definitiva, sendo proibida a sua eliminação mesmo já tendo cumprido a função primária. Seus documentos podem/devem conter a história da origem da sua instituição, como se deu sua evolução, normas e regulamentos.

Para construir o censo escolar, foram utilizadas 42 páginas dos dois Livros de Matrículas e 461 Fichas Individuais dos alunos encontrados nos seus dossiês. Concernente aos dois Livros de Matrículas, são documentos manuscritos por uma funcionária da escola — atualmente aposentada — e moradora da comunidade. Ela foi uma das responsáveis, juntamente com a Associação, em trazer a educação pública municipal para o Assentamento Hipólito. Da fundação da escola em 1990 até a sua nucleação em 2001, ela assumiu vários cargos possíveis na instituição, entre eles professora, secretária e diretora. É tanto que, de todos os documentos analisados nesta pesquisa, em todos têm a sua assinatura como professora ou como diretora.

**Figura 08** - Livros de Matrícula (1990-2000)



**Fonte:** Registrado por Tony Cesar da Costa Freire, 2024

Dos dois Livros de Matrículas analisados, o primeiro possui informações do alunado entre os anos de 1990 a 1999 e possui 37 páginas, enquanto o segundo vai de 2000 a 2009 e contém 103 páginas. No primeiro foram utilizadas todas as suas páginas, já o segundo foram utilizadas apenas as cinco primeiras páginas. Ambos os livros contêm os seguintes dados: nome do aluno, ano, série (1º, 2º, 3º e 4º), turno (matutino, intermediário e vespertino), nome das professoras, naturalidade, sexo, data de matrícula e de nascimento, idade, categoria (novato ou retido), filiação (nacionalidade, profissão, instrução, religião e endereço). Veja no quadro abaixo a distribuição geral das matrículas por ano e por série.

Para ficar mais claro, foi criado um quadro demonstrativo com o número de alunos matriculados por ano/série na Escola Municipal do 1º Grau Hipólito (1990-2000).

**Quadro 02:** Número de matrículas ano/série na Escola Municipal do 1º Grau Hipólito (1990-2000)

Ano	Série				Acelera Brasil <sup>15</sup>	total
	1º	2º	3º	4º		
1990	23	07	05	04	-	36
1991	33	17	15	11	-	76
1992	54	26	14	05	-	99
1993	49	23	11	07	-	90
1994	59	22	13	08	-	102
1995	48	24	15	05	-	92
1996	55	17	18	06	-	96
1997	47	21	13	10	-	91
1998	32	21	04	06	32	95
1999	31	17	09	12	13	82
2000	32	22	09	05	22	90

**Fonte:** Criado por Tony Cesar da Costa Freire, 2024

Segundo os Livros de Matrícula (1990-2000), na Escola Municipal do 1º Grau Hipólito foram matriculados 357 alunos de naturalidade bastante diversificadas diversificada. Dos 357 matriculados, 236 são naturais de Mossoró enquanto os outros 121 são de outras cidades do Rio Grande do Norte (Caraúbas, Jucurutu, Umarizal, Alexandria, Grossos, Pau dos Ferros, Angicos, Severiano Melo, Olho D'água dos Borges, Upanema, Baraúnas, Macau, São Rafael, Luís Gomes, Serra do Mel, João Câmara, Augusto Severo, Açú e Natal), do Ceará (Tabuleiro do Norte, Catolé do Rocha, Pacajus, Messejana, Limoeiro do Norte, Aquizaz, Catolé do Rocha e Eusebio) e de outros estados como Dias Dávila (BA), Belem (PA), Paranagá (PR) e Piripiri (PI). Naquela ocasião, os matriculados eram compostos somente por moradores do assentamento.

Conforme o quadro acima, podemos perceber que em 1990 a quantidade de alunos matriculados era de 36, porém, ao decorrer dos anos, aumentou entre 90 a 100. Isso ocorre, por causa do aumento populacional do Assentamento ao longo da década de noventa. Além disso, a transferência de alunos que estudavam em outras isoladas. Com esse aumento, em 1993 foi improvisado o segundo prédio para acomodação dos alunos.

<sup>15</sup> O Acelera Brasil inicia no ano de 1998 e contemplava as séries de 1º, 2º e 3º grau para os alunos que estavam em atraso escolar

Com o aumento dos alunos, aumentou também o número de alunos reprovados e não havia estrutura física para atender quatro turmas de 1º a 4º série de uma vez, por conta disso, a direção teve que criar turmas multisseriadas de 3º e 4º série. Os alunos do Assentamento Hipólito que terminavam o ensino primário, tinham que se deslocar para cidade para continuar os estudos, sendo que muitos deles já desistiam ali.

Foi averiguado nos Livros de Matrícula que eles apresentam uma nomenclatura diferenciada para os alunos aprovados e reprovados. Quando os Livros querem informar que o aluno foi aprovado usava o termo “novato”, que não significa necessariamente que o aluno fosse novato na escola, mas na série em que se matriculou naquele ano letivo. Já para os alunos reprovados, usam um termo costumeiro do secretariado escolar que é “retido”.

Concernente as Fichas Individuais, foram encontradas ao todo 461, todas inseridas nos dossiês dos alunos, guardados nas pastas dos Arquivos Passivos, como se pode observar na figura abaixo. Porém, desse montante, somente 425 forneciam as informações exigidas para essa pesquisa. Em cada dossiê, além da Ficha Individual do aluno, encontram-se outros tipos de documentos como os históricos escolares, requerimentos de matrícula e certidões de nascimento.

**Figura 09** - Arquivos Passivos da Escola Municipal Evilásio Leão (1990-2000)



**Fonte:** Registrado por Tony Cesar da Costa Freire, 2024

Nas Fichas Individuais, além de informações sobre o aluno (a) — ano, grau, série, turno, turma, as notas dos quatro bimestres, as disciplinas ministradas (Português, Matemática, Ciências e Programa de Saúde, Estudos Sociais, Educação Física, Artes e Religião) — no final, dava-se o resultado obtido pelo aluno naquele ano: aprovado, reprovado, matrícula cancelada, evadido ou transferido. Em cada dossiê, deve conter pelo menos quatro Fichas Individuais do aluno caso ele tenha completado todo o ensino primário na escola. Caso houver menos, deve

ter ocorridos as seguintes situações: abandono escolar do aluno, transferência para outra escola ou perda de arquivo. Se houver mais de quatro, é porque o aluno foi reprovado ou evadiu.

O que percebi foi, que as Fichas Individuais fazem diferença entre aluno evadido, reprovado ou transferido, o que não acontece com os Livros de matrícula. Este último, só informa que o aluno foi retido, não deixando claro se foi por evasão escolar ou por não alcançar as notas exigidas nas disciplinas. Ou seja, enquanto o Livro de Matrícula mostra que o aluno foi reprovado, as Fichas dizem o motivo, se foi por notas ou por evasão. Por conta disso, para que houvesse uma organização das informações, foi necessário um intenso diálogo entre esses dois documentos.

### 3.3. Evasões, reprovações e suas consequências na educação hipolitana

Os Livros de Matrícula da Escola Municipal do 1º Grau Hipólito apresentam um cenário vicioso de repetências entre os alunos do Assentamento Hipólito. Dos 357 alunos matriculados entre os anos de 1990 a 2000, um total de 226 estudantes fizeram sua matrícula pela primeira vez na escola já como repetentes, os demais foram sendo reprovados ao longo dos anos.

No ano de 1990, primeiro ano de funcionamento da escola, foram matriculados 36 alunos, dos quais, 10 já eram repetentes e, no decorrer dos anos, esse número foi aumentando. No quadro abaixo, apresento em números absolutos, por ano letivo, alunos que se matricularam em condições de novatos nas suas séries, e o número de alunos que já se matricularam em estado de repetência.

**Quadro 03** – Número de alunos matriculados, aprovados e retidos na E. M. do 1º Grau Hipólito (1990-2000)

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Matriculados	36	73	102	90	102	92	96	91	95	93	103
Aprovados	26	51	67	50	38	41	57	36	48	64	73
Retidos	10	22	35	40	64	51	39	55	27	29	30

**Fonte:** Criado por Tony Cesar da Costa Freire, 2024

Através do quadro exposto, percebe-se que a partir do ano de 1993, há uma crescente no número de alunos matriculados como repetentes, chegando ao seu ápice, nos anos de 1994, 1995 e 1997. Esse número ultrapassa o número de alunos novatos. A reprovação ou as constantes reprovações dos alunos, é algo muito preocupante por que traz repercussões negativas que vão além da vida escolar, principalmente para um aluno da zona rural.

A reprovação escolar, traz sobre os estudantes hipolitanos, um peso de fracasso, reduzindo ainda mais suas chances de aprendizagem e de preparação para o mercado de trabalho, desenvolvendo assim, um autoconceito negativo sobre si, o que o leva mais adiante, o desejo de abandonar os estudos, colocando-o em desvantagens aos que moram na cidade.

Segundo Piletti (2001) a reprovação de um aluno gera prejuízos para sociedade e, ao mesmo tempo, exige do Estado maiores somas de recursos para atender aos mesmos alunos e conseqüentemente os novatos. Para a instituição escolar, as vagas ocupadas pelos repetentes, poderiam ser destinadas a outros. Como os alunos novatos do Assentamento Hipólito não tinham outra escola para ir, a direção da escola tinha que matricular esse aluno, como consequência, as salas de aulas ficavam lotadas, prejudicando mais ainda o desenvolvimento educacional que já era incrivelmente baixo.

Todavia, é bom ressaltar, que muitos desses alunos hipolitanos, matricularam-se já em condições de repetência por abandonarem os estudos antes mesmo do término do ano letivo anterior, mostrando assim, que as evasões eram uma prática contumaz entre eles. Ao fazer a análise das Fichas Individuais, foram constadas 165 evasões de alunos naquela década. O quadro abaixo mostra bem fato, apresentando o número de alunos evadidos em cada ano letivo e fazendo comparação com o número de matriculados.

**Quadro 04** - Número de alunos matriculados e evadidos na E. M. do 1º Grau Hipólito (1990-2000)

<b>Ano</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Matriculados	36	73	102	90	102	92	96	91	95	93	103
Evadidos	11	20	28	35	19	14	19	09	05	05	*

**Fonte:** Criado por Tony Cesar da Costa Freire, 2024

A partir do quadro acima, pode-se perceber que o número de evasões é muito alta comparado ao número de matrículas. Em 1990, dos 36 matriculados 11 evadiram nesse mesmo ano, e por conta disso, no decorrer da década o número de matrículas vai aumentando em decorrência não só do número de alunos novatos, mas também de alunos que foram reprovados e evadidos que vão ocorrendo na escola sucessivamente, causando superlotação das turmas. De acordo com as fichas individuais, o ápice das evasões ocorre em 1993 com o número 35 alunos que abandonaram os estudos naquele ano. A partir daí, ocorre uma decrescente até chegar no ano 2000, nesse ano não há nenhum registro de evasão escolar, pelo menos é o que consta nos arquivos.

As Fichas Individuais não relatam os motivos que levaram esses alunos a abandonarem a escola em pleno ano letivo, mas historicamente, a evasão escolar é um problema sério que atinge os alunos que moram na zona rural. As dificuldades que eles enfrentam para se concluir a educação formal (fundamental e médio) são bastantes extensos. Explicar as razões porque os alunos hipolitanos abandonaram seus estudos, é complexo e difícil. Logo porque, não existe uma documentação escolar que explique.

Porém, podemos aqui apontar alguns motivos: desinteresse pelos estudos, falta de incentivo familiar, condições de vida precária, ajuda na renda familiar, etc. Essa falta de estímulo e de perspectiva por parte dos alunos da zona rural pode ser justificada também pela falta de credibilidade sobre a educação, por estudarem em prédios arranjados que nem banheiros tinham, sem falar das dificuldades de acesso à escola principalmente em épocas chuvosas. Isso também pode ter contribuído para que os estudantes tenham seus ciclos de estudos interrompidos.

A evasão desses alunos pode ser explicada pela grande rotatividade de moradores que ocorria no Assentamento Hipólito. Muitos deles, se cadastraram para morar no Assentamento, mas por motivos diversos, entre eles, a falta de habilidade com o campo e desapontados com a vida rural, venderam, trocaram ou repassaram suas casas indo morar na cidade, todavia, não passavam na escola para pegarem o histórico escolar dos seus filhos, sendo isso, eram registrados como evadidos. Outros, como já estavam em idade avançada para estudar no primário — entre 14 e 15 anos — abandonavam a escola por terem construído novas famílias, e como não havia trabalho suficiente no Assentamento para o sustento iam para a cidade.

Além dos motivos pessoais, as evasões dos alunos do Assentamento Hipólito podem ser explicadas pela ausência do Estado que, nem antes e nem depois, desde do início do Assentamento, promoveu políticas públicas de incentivo a educação para sanar os altos índices de alunos em situação de reprovação ou evasão, com baixa escolaridade ou aqueles que não estudam. Esse quadro é notório quando se é sabido que em 2003 apenas 50% dos agricultores hipolitanos eram analfabetos ou semianalfabetos e 40% não chegaram nem a concluir o Ensino Fundamental, uma conquista de apenas 10%, isso em decorrência as constantes evasões e reprovações escolares sofridas por esses moradores (SOUZA: 2003).

Apesar do expressivo número de analfabetos no Assentamento Hipólito, não há registros entre os arquivos da escola a presença de cursos de alfabetização para adultos promovidos pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), criado em 1998 em parceria com o Estado, universidades e os movimentos sociais tinha como objetivo fortalecer a

educação nos assentamentos, estimulando, propondo, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais com a utilização de métodos específicos para o campo (BOF:2006)

Como consequência dessa carga de alunos em atraso escolar, é inevitável que não ocorra uma distorção entre idade-série. Em condições normais, um aluno do que cursava a primeira fase do 1º grau iniciava a 1ª série aos 6 anos, a 2ª série aos 7 anos, 3ª série aos 8 anos e a 4ª série aos 9 anos. Todavia, a situação dos alunos do Hipólito se tornou preocupante. No quadro abaixo faço uma comparação com o número de matriculados com o número de alunos que não tinham a idade compatível com a série.

**Quadro 05** - Alunos matriculados em distorção idade-série (1990-2000)

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Matriculados	39	73	102	90	102	92	96	91	95	93	103
Alunos em distorção idade-série	34	63	75	72	85	70	80	82	80	61	58

**Fonte:** Criado por Tony Cesar da Costa Freire, 2024

Esses números revelam, que a educação na Escola Municipal do 1º Grau, desde da sua implantação no Assentamento, já apresentava um quadro preocupante, onde os alunos já se matricularam na 1ª série com a idade superior à faixa etária exigida que era de 6 a 7 anos.

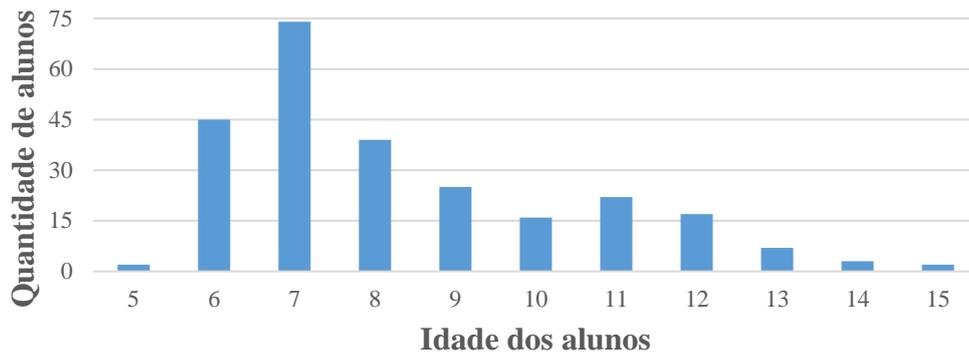
Conforme o quadro acima, em 1990, dos 39 matriculados, apenas três alunos não estavam em atraso escolar; em 1991, dos 73 matriculados, apenas 10; em 1992, dos 102 matriculados, apenas 27; em 1993, dos 90 matriculados, apenas 18; em 1994, com 102 matriculados, apenas 17; em 1995, como 92 matriculados, apenas 22; em 1996, como 96 matriculados, apenas 16; em 1996, com 90 matriculados, apenas 16; em 1997, com 91 matriculados, apenas 09; em 1998, como 95 matriculados, apenas 15; em 1999, como 903 matriculados, apenas 32; em 2000, com 103 matriculados, apenas 45.

Esses números demonstram que esses alunos já chegaram no Assentamento Hipólito com um vertiginoso atraso escolar. Ou seja, já estavam há muitos anos sem estudar ou já vinham acompanhados de uma série de reprovações, causando assim, uma lacuna entre a série que se deve estudar e a idade desejável. Com isso, concluo que, apesar dos problemas pedagógicos e de infraestrutura que a educação hipolitana já sofria na década de 1990, os alunos já traziam, consigo, uma carga deficitária educacional.

Braga (2006) afirma que, alguns assentados afirmaram, que o atraso escolar dos alunos hipolitanos foi por conta da chegada tardia da escola no Assentamento em 1990, ou seja, três

anos depois da fundação do Assentamento. Esse argumento não condiz com o que apresenta os Livros de Matrícula. Conforme o gráfico abaixo, em toda a década de 1990, dos 137 alunos da E. M. do 1º Grau Hipólito que se matricularam na 1º série — sendo que a idade para essa série é a partir de 6 anos — já iniciaram em atraso escolar. Observe o gráfico abaixo:

**Gráfico 01** - Alunos da 1º serie em distorção idade-série (1990-2000)



**Fonte:** Criado por Tony Cesar da Costa Freire, 2024

Percebe-se no gráfico acima, que a maioria dos alunos da 1º série fizeram suas matrículas já com idade entre 8 a 15 anos. Como consequência, esses alunos chegaram na 4º série com uma idade totalmente discrepante, em um universo onde a faixa etária exigida é de entre 9 a 10 anos. Segundo os Livros de Matrícula (1990-2000) foram encontrados 63 alunos nessa condição.

Dos quadros apresentados acima, notamos que houve uma diminuição tanto nas retenções e evasões a partir do ano de 1997. Porém, os arquivos consultados não dão informação sobre a razão dessa queda. Minha sugestão, é que ano de 1996, foi aprovada a LDB (Lei de Diretrizes Básicas), nº 9.394/ 96, e essa lei abria diversas possibilidades de organização do ensino fundamental, cabendo aos sistemas de ensino e aos estabelecimentos escolares criarem condições favoráveis ao processo de ensino e aprendizagem, ou seja, abrirem um leque de possibilidades aos alunos de serem aprovados no ano letivo. Que os professores não usem apenas as notas das provas, mas outros critérios de avaliação.

Segundo a LDB, no seu artigo 24, permitia que o aluno: i) “independentemente de escolarização anterior” e mediante avaliação feita pela escola pode matriculá-lo na série seguinte; tema de ensino; ii) se o aluno não conseguir a progressão regular a escola pode adotar a progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino; iii) poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries

distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria; iv) as avaliações dos alunos não terão aspectos mais quantitativos mas também qualitativos; v) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar.

Sobre a possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar, foi implantado na E. M. de 1º Grau Hipólito o programa Acelera Brasil. Esse programa foi implantado a partir do ano de 1998 até 2002, pois no ano de 2003 foi implantado a modalidade de ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos) para esses alunos que não completaram ou abandonaram à educação formal na idade apropriada. A Aceleração Brasil com o intuito de garantir o avanço de estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em distorção dos estudantes do 3º ao 5º ano. Seu objetivo é a correção do fluxo escolar, ou seja, estancar as causas da não aprendizagem e acelerar os alunos defasados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa ficou constatado que os arquivos escolares, um espaço pouco conhecido e valorizado pela sociedade, e utilizado na maioria das vezes somente por arquivistas e responsáveis nas suas repartições, é um dispositivo que pode ser usado por pesquisadores da História da Educação. A escrituração documental encontrada nas instituições escolares possibilita levantar dados sobre a escola em que ela está inserida, ou no qual foi gerida, ou até mesmo da comunidade em que ela se encontra.

Na História da Educação, no uso dos arquivos escolares, percebe-se que todas as ações das instituições escolares podem se tornar uma fonte de pesquisa, pois os seus arquivos não são mais vistos apenas como um montante de pastas abarrotadas de papéis repousando em um armário ou prateleira, mas como parte do patrimônio cultural de uma escola símbolos de sua memória.

Desde que a História da Educação foi influenciada pela Nova História, ela se tornou um ambiente de pesquisa com um cardápio variado de fontes como mapas de frequência, livros de matrícula, livros de frequência de alunos, atas de exames, fichas de registro de matrícula, boletins de notas, registros de inspeção, atas de reuniões escolares, diários de classe, atestados de frequência, livros de ponto de professores, livros de registro de infrações disciplinares, diplomas, entre outros.

Dos mais usados pelos pesquisadores encontram-se os arquivos permanentes, também conhecido como arquivos passivos, pelo motivo de conter neles informações históricas, valor testemunhal e por ser aberto ao público. Aos pesquisadores que se propõem analisar a história das instituições educativas será inevitável não as utilizar.

São vestígios documentais que podem levar o pesquisador, segundo a sua temática, a construir itinerários de memórias, permitindo conhecer o *modus operandi* da instituição e de seus agentes. Por meio deles, é possível construir, sistematizar, escrever e reescrever seu itinerário histórico. São documentos únicos dentro do universo escolar que podem ajudar a explicar não só a existência histórica da instituição, como suas relações curriculares com as secretarias municipais e com a comunidade na qual reside.

Esses arquivos expõem o que existiu e o que existe na escola, seja o perfil pedagógico dos professores, o cotidiano dos alunos no que se refere a fundamentos, festividades, conteúdos disciplinares, etc. Se configuram como um patrimônio tanto educativo como informativo, um espaço de cultura, memória e conhecimento, levando a escola terem sua própria identidade e historicidade mesmo pertencendo a um contexto maior. É um mecanismo que apresenta a escola

nível local e como nacional, fundamentais para estudos sobre a História da Educação, seja ela urbana ou rural, pública ou privada, laica ou religiosa.

Através dos Livros de Matrícula e das Fichas Individuais encontrados na Escola Municipal Evilásio Leão, foi constatado que os alunos do Assentamento Hipólito entre os anos de 1990 a 2000 padeciam de um acentuado atraso escolar por conta das sucessíveis reprovações e evasões. E que muitos desses alunos, antes mesmo de se matricularem na escola do Hipólito, já se encontravam em condições de repetentes, sejam por abandonarem os estudos antes do término do ano letivo ou que tinham sido reprovados no ano anterior. Essa carga de reprovações e evasões provocou na escola do Hipólito um longo contingente de alunos com distorção entre idade-série.

O fracasso escolar ocorrido no Assentamento Hipólito na década de 1990, tendo como referência no número de reprovações e evasões dos alunos, fazem-nos entender um pouco mais sobre a relação do mundo rural brasileiro com a educação e que as instituições escolares não são entidades isoladas da realidade social e nem recortes autônomos, mas também, produtos de determinações exteriores, integrada a uma realidade mais ampla não limitada apenas a sua comunidade ou região onde se localiza.

Os problemas educacionais do Assentamento Hipólito na década de 1990 não foi tratada aqui como um fenômeno acidental ou aleatório, mas como parte de um contexto maior que é a educação rural no Brasil, onde os alunos assistiam suas aulas em prédios improvisados, fato corriqueiro na maioria das escolas da zona rural do Brasil por não terem um prédio escolar conveniente onde houvesse salas de aulas por série, banheiros, cozinha e segurança. Ou seja, os problemas da “E. M. 1º Grau Hipólito” era apenas um pequeno retrato de tantas outras escolas rurais espalhas pelo país.

As reprovações, evasões e a distorção idade-série de alunos que moram na zona rural, se dá por motivos diversos como a falta de estímulo e perspectiva pessoal por parte do aluno, seja por desinteresse pelos estudos, falta de incentivo familiar, condições de vida precária, ajuda na renda familiar entre outros. Mas também se dá pela ausência do Estado no que tange a investimentos expressivos em valorização aos estudantes do campo e suas comunidades rurais.

## REFERENCIAS

ALMEIDA, Maria Suzana Mikui; SILVA, Celeida Maria Costa de Souza: Os arquivos escolares e a formação da memória educacional da Escola Estadual 26 de Agosto em Campo Grande-MS (1936-1982). XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH): conhecimento histórico e diálogo social. Natal-RN, 22 a 26 de julho de 2013.

ARAÚJO, Severina Garcia de. Assentamentos, poder local e políticas públicas. Revista Desafios Sociais. UFRN/CCSA/PPSS. Ano I, 2001.

ARAÚJO, Aline Karoline da Silva et al. Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). 3. ed. rev. e atual. – Mossoró: Edições UERN, 2022. 92f.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Por uma Educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BERGAMASCO, Sonia M.; NODER, Luís A. Cabello: O que são Assentamentos Rurais (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOF, Alvana Maria (Org.). A educação no Brasil rural. Brasília, INEP, 2006.

BONATO, Nailda Marinho da Costa: Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. Revista Brasileira de História da Educação, n° 10 jul./dez. 2005

BUFFA, Ester: Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (et al): Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. 2° ed. Campinas – SP; Autores Associados, 2021.

BRASIL. decreto-lei n° 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário.

BRASIL. lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961 (Disponível: [camara.leg.br](http://camara.leg.br))

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Nova LDB (Lei n° 9.394 de dezembro de 1996). Rio de Janeiro: Qualithmark Editora, 1997.

BRAGA, Libania Maria. Assentamento Hipólito: realidade e expectativas dos jovens assentados. Dissertação (mestrado Serviço Social). Departamento de Serviço Social/ UFRN. Natal, 2006.

BRASIL. Lei 5.692 de 28 de agosto de 1971 ([camara.leg.br](http://camara.leg.br))

BRASIL. Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera. Diário Oficial da União, Brasília, 5 nov. 2010.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

CARR, Edward Hallet. O que é História. 3° ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, Jose Murilo de: Cidadania no Brasil: o longo caminho – 15º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CERTAU, Michael. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CUNHA, Andréa Carla Pereira et al: Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte: ensino fundamental – Secretaria da Educação e da Cultura - Natal, 2018

MELO, José Joaquim Pereira. Fontes e métodos: sua importância na descoberta das heranças educacionais. In: COSTA, Célio Juvenal *et al.* Fontes e métodos em história da educação. – Dourados, MS : Ed.UFGD, 2010.

DIAS, Ana Maria Lorio; FURTADO, Eliane Dayse Pontes; BRANDÃO, Maria de Lurdes Peixoto : Terra e pedagogia: Práticas educativas e organizativas no campo - 2009 - Fortaleza: Edições UFC.

FEBVRE, Lucien. Profissões de fé à hora da partida. In: Combate pela História. Lisboa: Presença, 1985.

FIGUEREDO, Cleria; SIVA, Christian Luiz: Política Pública e Reforma Agrária: uma análise dos principais indicadores da política de Assentamentos Rurais. Revista Grifos – nº 48, 2020.

FIGUEIRA, Cristina Reis; MIRANDA, Lilian Lisboa: Educação patrimonial no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas. São Paulo: Edições Somos Mestres, 2012.

FERNANDES, Bernardo Marçano: Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Por uma Educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FONSECA, Selva Guimaraes; JUNIOR, Astrogildo Fernandes da Silva: Ser professor de história em escolas rurais: identidades em construção. Educação & linguagem • ano 10 • nº 15 • 193-226, jan.-jun. 2007.

FURTADO, Alessandra Cristina. Os arquivos e a sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. InCid: R. Inf. E Doc., Ribeirão Preto, v.2, n.2, p.145-159, jul./dez., 2011

GIL, Natalia de Lacerda; HAWAT, Joseane El. O tempo, a idade e a permanência na escola: um estudo a partir dos livros de matrícula (Rio Grande do Sul, 1895-1919). História da Educação. Porto Alegre, v.19, n.46, mai/ago, 2015, p. 19-40.

JUNIOR, Astrogildo Fernandes da Silva; NETTO, Mário Borges: Por uma educação do campo: percurso históricos e possibilidades. Entrelaçando -Revista Eletrônica de Culturas e Educação Caderno temático: Cultura e Educação do Campo N. 3 p. 45-60, Ano 2 (Nov/2011).

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Contributo para a história das instituições educativas: entre a memória e o arquivo. Braga: Universidade do Minho, 1996.

MIGUEL, Antonieta; LUZ, José Augusto Ramos: Pesquisa em História da Educação: o uso de jornais e revistas pedagógicas. In: SILVA, Genilson Ferreira da; LIMA, Iracema Oliveira; PASSOS, Maria Sigmar Coutinho: Pesquisa em História e Educação. Curitiba: CRV, 2019.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e Educação: a construção da memória educativa. Revista de Ciências da Educação, nº 1, set/dez, 2006, p. 71-84.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. Instituições escolares: por que e como pesquisar. In: SANTOS, A. V.; VECHIA, A. (Org.). Cultura escolar e história das práticas pedagógicas. Curitiba: UTP, 2008.

OLIVEIRA, Maria das Graças Arruda de; SILVA, Paulo Sidney Gomes: Projeto de Intervenção: reestruturação da associação do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária da Fazenda Hipólito – APARAHÍ. Trabalho de Especialização em Associativismo/UFPB, 1995.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de: Educação no meio rural: diferenciais entre o rural e o urbano. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2021.

PILETTI, Nelson. Estrutura e funcionamento do ensino fundamental. São Paulo: Editora Ática, 2001.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Educação e da Cultura. Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental. Natal: Offset, 2018.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. In: O Guardador de Inutensílios. Cadernos de Cultura. n. 7, p. 17-30, maio 2004.

SENAR - Serviço nacional de Aprendizagem Rural Associações rurais: práticas associativas, características e formalização / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. -- Brasília: SENAR, 2011. 56p.: il.; 21 cm -- (Coleção SENAR; 153

SOUZA, Francisco das Chagas da Silva: Integração produtiva da cultura do melão e os desafios para a sustentabilidade da agricultura familiar: o caso do assentamento Hipólito, em Mossoró (RN). Monografia (Especialização em Desenvolvimento e Meio Ambiente) FAFIC/UERN – Mossoró, 2002.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; ANDRADE, Rodrigo Pinto de. História da educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná. Revista Linhas, Florianópolis, v. 15, n.28, p. 175-199, jan.-jun. 2014

VIDAL, Diana Gonçalves. Apresentação do dossiê arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em História da Educação. Revista Brasileira de História da Educação, n.10, p71-73, jul./dez., 2005.

XAVIER, Libania. História da História não ensinada na escolar: a História da Educação. (p.91-103). In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Ariette Medeiros; MAGALHAES, Marcelo de Souza. Ensino de História: sujeito, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Maud X: FAPERJ, 2007.

ZUCCHI, Bianca: O ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental: teoria, conceitos e uso de fontes. São Paulo. Edições SM, 2012 (Coleção Somos Mestres).

## ANEXOS

**ANEXO 1:** Documentos cedidos pelo INCRA sobre a fundação do Projeto de Assentamento Fazenda Hipólito. Estão na seguinte ordem:

- A) Despacho (Processo nº 54000.060852/2022-07) onde contém um resumo sobre a fundação do Projeto de Assentamento Hipólito;
- B) portaria de criação do Projeto de Assentamento Hipólito;
- C) mapa do loteamento;
- D) certidão de cartório do Assentamento na comarca de Mossoró (RN);
- E) a certidão de cartório da comarca de Governador de Dix-Sept Rosado;
- F) auto de emissão de posse dos assentados.

**Documento A:** Despacho (Processo nº 54000.060852/2022-07) onde contém um resumo sobre a fundação do Projeto de Assentamento Hipólito;

**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**  
Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Norte  
Divisão de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - SR(RN)D

Processo nº 54000.060852/2022-07  
Interessado: TONY CESAR DA COSTA FREIRE CPF: 030.815.844-00 (MOSSORÓ)

**DESPACHO**

Ao Gabinete Regional.  
Senhor(a) Superintendente.

1. Trata-se de demanda formulada pelo Sr. Tony Cesar da Costa Freire (CPF: 030.815.844-00) que por meio do expediente 12949247 requer informações acerca do PA Fazenda Hipólito, nos Municípios de Mossoró / Gov. Dix-Sept Rosado.
2. Desse modo, com o fito de atender a citada requisição, torna-se válido destacar que em meados do ano de 1986, o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – BDRN ofereceu, ao INCRA, o imóvel rural denominado “Hipólito”, ante a possibilidade de enquadramento nas Políticas Públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, dando-se início as tratativas administrativas avaliativas da eventual inserção desse imóvel rural na citada política pública.
3. Ainda em meados daquele ano, servidores desta Autarquia Fundiária realizaram estudos no citado imóvel e, na ocasião, identificaram a viabilidade da implantação das Políticas Públicas intrínsecas do PNRA, o que culminou com a publicação do Decreto n. 93.323 de 01 de outubro de 1986, onde o Presidente da República declarou para fins de desapropriação, o interesse social no imóvel rural denominado “Fazenda Hipólito”, numa área de 6.685.245ha, ocasião em que autorizou o INCRA a promover a desapropriação do citado imóvel – vide art. 3º do citado Decreto –, vindo esta Autarquia a imitir-se na posse do imóvel em meados do ano de 1987.
4. Registre-se que por meio da Portaria INCRA/P/Nº 556, de 09 de julho de 1987, publicada no B.S. Nº 28, de 13 de julho de 1987, fora criado o Projeto de Assentamento “FAZENDA HIPÓLITO”, no Estado do Rio Grande do Norte, registrado no SIPRA sob o código RN0012000, alterada pela Retificação s/n, publicada no B.S. Nº 43, de 22 de dezembro de 2001, onde se lê: “6685,2450ha (seis mil, seiscentos e oitenta e cinco hectares, vinte e quatro ares e cinquenta centiares)”, leia-se: “4.827,7410ha (quatro mil, oitocentos e vinte e sete hectares, setenta e quatro ares e dez centiares)”.
5. Dando continuidade aos esclarecimentos solicitados, faz-se oportuno destacar que a organização sócio-econômico-espacial do referido Projeto de Assentamento foi projetada, em sua totalidade, para utilização de forma comunitária pelos beneficiários do Programa Nacional da Reforma Agrária – PNRA. Em outras palavras, o Projeto de Assentamento é dividido em área individual (lotes individuais) e coletiva (cada Unidade Familiar também é responsável por uma fração ideal sobre a área coletiva) conforme disciplina o Art. 5º, II da Instrução Normativa n. 99/2019.
6. Quanto ao “projeto governamental”, é bom alvitre rememorar que a necessidade de incentivar a exploração racional da terra é uma constatação bastante antiga. Em 1946, tornou-se imperativo constitucional “promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos”. Em 1962, o Brasil subscreveu a “Carta de Punta del Este”, reconhecendo expressamente a necessidade de realizar em seu território a Reforma Agrária.
7. A Reforma Agrária emerge dessa análise sob múltiplas dimensões. Ela se destaca, em primeiro lugar, por seu impacto positivo sobre o emprego, a renda, a produção e oferta de alimentos, a desnutrição, as migrações, a questão urbana e, sobretudo, deve ser medida pelos custos sociais resultantes de seu adiamento ou não realização.
8. Ela desponta, igualmente, como uma exigência de justiça social, enquanto resposta adequada à compensação da enorme dívida social da Nação para com a maioria da população rural, estigmatizada pela pobreza e no cumprimento do preceito constitucional da observância da função social da propriedade.
9. Por tal razão, o Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA visa atingir os objetivos e metas definidos a partir da observância dos preceitos constitucionais e da aplicação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) e demais normativos aplicados à espécie, sendo a missão desta Autarquia Fundiária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Por tal razão, o Projeto de Assentamento em referência é parte integrante dessa política e tem como escopo atender as diretrizes já citadas de modo a contribuir com a eliminação da terra ociosa, ao mesmo tempo em que fomenta a geração de riquezas e promove a Justiça Social, o progresso do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico-social do País.
10. Desse modo, considerando que as informações acima delineadas atendem, integralmente, aos requerimentos formulados, restituo os autos para conhecimento e adoção das providências de alçada que o caso requer.

**Antônio Fernandes do Nascimento Neto**  
Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento  
em substituição legal.  
INCRA/SR(RN)-D



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Fernandes do Nascimento Neto, Chefe de Divisão Substituto(a)**, em 11/01/2023, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.incr.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.incr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **15252764** e o código CRC **DB2AB5C4**.

**Documento B: Portaria de criação do Projeto de Assentamento Hipólito;**

PORTARIA/P/Nº 556 DE 09 DE julho DE 1987

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 27, alínea "c", do Regimento Interno aprovado pela Portaria Interministerial nº 27, de 22 de janeiro de 1985, publicada no D.O.U. de 28 de janeiro de 1985, combinado com o disposto no Decreto nº 92.627, de 02 de maio de 1986, publicado no D.O.U. de 05 de maio de 1986, resolve:

I. Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de parceleiros, do imóvel rural denominado Fazenda Hipólito, objeto de desapropriação por interesse social através do Decreto nº 93.323, de 01.10.86, com uma área de 6.685,2450 ha (seis mil, seis centos e oitenta e cinco hectares, vinte e quatro ares e cinquenta centiares), localizado no Município de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, de domínio deste Instituto, que prevê a criação de 254 (duzentas e cinquenta e quatro) unidades agrícolas familiares e a implantação da infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural, de conformidade com o Plano Preliminar elaborado pela Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte e as recomendações da Diretoria de Assentamentos, objeto do processo INCRA/SR-19/Nº 367/87;

II. Criar, para os efeitos da destinação ora aprovada, o Projeto de Assentamento FAZENDA HIPÓLITO, a ser implantado e desenvolvido pela Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte (SR-19), em articulação com a Diretoria de Assentamentos;

III. Autorizar o Diretor de Assentamentos a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução, se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto.

JOSE EDUARDO VIEIRA RADUAN  
Presidente



**Documento D: Certidão de cartório do Assentamento na Comarca de Mossoró (RN);**

**Estado do Rio Grande do Norte**

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**COMARCA DE MOSSORÓ**  
**CARTÓRIO ÚNICO DE GOV. DIX-SEPT ROSADO**  
CNPJ sob n.º 08.545.790/0001-00  
Registro Geral de Imóveis

**ADRIANA FELIPE DA SILVA**, Oficiala Registradora em Exercício do Registro Geral de Imóveis de Gov. Dix-sept Rosado, Comarca de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, na *forma* da Lei etc.

**CERTIDÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL E ÔNUS REAIS**

**CERTIFICO**, em atendimento a solicitação verbal de parte interessada e em razão do meu Ofício que dando buscas nos Livros e documentos existentes no arquivo e em andamento no Registro Geral de Imóveis desta cidade de Governador Dix-sept Rosado-RN, Comarca de Mossoró-RN, verifiquei constar na Ficha de Matrícula de nº 2.141, feita em data de **25/11/2020**, lançada no Livro 2-“RG”, o registro de UM IMÓVEL RURAL localizado no lugar denominado “**PROJETO DE ASSENTAMENTO HIPÓLITO**”, município de Mossoró-RN com área de 4.619,8222ha e Governador Dix-sept Rosado-RN, com área de 207,9188ha, medindo uma área total de 4.827,7410, perímetro: 45.310,78m, com a seguinte descrição perimetral: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice C50M0201, de coordenadas N 9.404.388,054 m e E 689.507,436 m, situado no limite com Adalberto Hipólito de Medeiros - Estreito do Jacu; deste, segue confrontando com Adalberto Hipólito de Medeiros - Estreito do Jacu, com distância de 59,99 m e azimute de 120°20'17" até o vértice C50M0211, de coordenadas N 9.404.357,753 m e E 689.559,211 m; deste, segue confrontando com Adalberto Hipólito de Medeiros - Estreito do Jacu, com distância de 2.331,25 m e azimute de 99°12'54" até o vértice C50M0204, de coordenadas N 9.403.984,430 m e E 691.860,380 m; deste, segue confrontando com Janúncio Soares da Silva - Sítio Cipó, com distância de 1.460,67 m e azimute de 99°17'55" até o vértice C50M0203, de coordenadas N 9.403.748,414 m e E 693.301,860 m; deste, segue confrontando com Jiem Agrícola e Comércio Ltda - Sítio Velho, com distância de 483,39 m e azimute de 164°04'44" até o vértice C50M0195, de coordenadas N 9.403.283,571 m e E 693.434,460 m; deste, segue confrontando com Jiem Agrícola e Comércio Ltda - Sítio Velho, com distância de 226,85 m e azimute de 99°16'24" até o vértice C50M0237, de coordenadas N 9.403.247,015 m e E 693.658,345 m; deste, segue confrontando com Jiem Agrícola e Comércio Ltda - Sítio Velho, com distância de 1.492,95 m e azimute de 99°10'18" até o vértice C50M0199, de coordenadas N 9.403.009,050 m e E 695.132,209 m; deste, segue confrontando com Francisco das Chagas Nogueira - Sítio São Benedito, com distância de 5,22 m e azimute de 144°31'16" até o vértice C50M0202, de coordenadas N 9.403.004,803 m e E 695.135,236 m; deste, segue confrontando com José Martins dos Santos - Sítio Riacho Fundo, com distância de 396,88 m e azimute de 152°50'41" até o vértice C50M235, de coordenadas N 9.402.651,673 m e E 695.316,372 m; deste, segue confrontando com Luiz Martins de Medeiros - Sítio Riacho Fundo, com distância de 256,78 m e azimute de 152°40'26" até o vértice C50M0234, de coordenadas N 9.402.423,544 m e E 695.434,250 m; deste, segue confrontando com Gilvan José de Souza - Sítio Riacho Fundo, com distância de 296,17 m e azimute de 152°37'40" até o vértice C50M0210, de coordenadas N 9.402.160,532 m e E 695.570,420 m; deste, segue confrontando com Gilvan José de Souza - Sítio Riacho Fundo, com distância de 370,33 m e azimute de 113°20'14" até o vértice C50M0196, de coordenadas N 9.402.013,829 m e E 695.910,452 m; deste, segue confrontando com Gilvan José de Souza - Sítio Riacho Fundo, com distância de 29,05 m e azimute de 108°58'28" até o vértice

**Estado do Rio Grande do Norte**

C50M0411, de coordenadas N 9.401.746,943 m e E 702.251,173 m; deste, segue confrontando com INCRA - P. A. Maracanaú, com distância de 56,97 m e azimute de 130°51'13" até o vértice C50M0453, de coordenadas N 9.401.709,679 m e E 702.294,262 m; deste, segue confrontando com Francisco Félix de Medeiros - Sítios São Francisco e São Manuel, com distância de 237,31 m e azimute de 131°29'27" até o vértice C50M0261, de coordenadas N 9.401.552,461 m e E 702.472,022 m; deste, segue confrontando com Francisco Félix de Medeiros - Sítios São Francisco e São Manuel, com distância de 2,43 m e azimute de 198°18'57" até o vértice C50M0231, de coordenadas N 9.401.550,150 m e E 702.471,257 m; deste, segue confrontando com Org. Comercial e Industrial Raimundo Nelson Ltda, com distância de 862,50 m e azimute de 198°51'57" até o vértice C50M0260, de coordenadas N 9.400.733,987 m e E 702.192,364 m; deste, segue confrontando com INCRA - P. A. Nova Trapiá, com distância de 908,17 m e azimute de 198°14'23" até o vértice C50M0270, de coordenadas N 9.399.871,452 m e E 701.908,115 m; deste, segue confrontando com Manoel Soares - Sítios Baixa Verde 2 e Espinheirinho, com distância de 428,51 m e azimute de 197°44'06" até o vértice C50M0272, de coordenadas N 9.399.463,311 m e E 701.777,586 m; deste, segue confrontando com Manoel Soares - Sítios Baixa Verde 2 e Espinheirinho, com distância de 251,70 m e azimute de 197°56'40" até o vértice C50M0214, de coordenadas N 9.399.223,858 m e E 701.700,040 m; deste, segue confrontando com Manoel Soares - Sítios Baixa Verde 2 e Espinheirinho, com distância de 436,45 m e azimute de 197°44'52" até o vértice C50M0215, de coordenadas N 9.398.808,178 m e E 701.566,997 m; deste, segue confrontando com Manoel Soares - Sítios Baixa Verde 2 e Espinheirinho, com distância de 260,73 m e azimute de 197°58'37" até o vértice C50M0213, de coordenadas N 9.398.560,174 m e E 701.486,526 m; deste, segue confrontando com Espólio de Júlio Soares da Silva - Sítio Espinheirinho, com distância de 108,13 m e azimute de 217°05'38" até o vértice C50M0212, de coordenadas N 9.398.473,921 m e E 701.421,308 m; deste, segue confrontando com Espólio de Júlio Soares da Silva - Sítio Espinheirinho, com distância de 12,25 m e azimute de 218°53'40" até o vértice C50M0292, de coordenadas N 9.398.464,390 m e E 701.413,619 m; deste, segue confrontando com Espólio de Júlio Soares da Silva - Sítio Espinheirinho, com distância de 187,78 m e azimute de 216°53'14" até o vértice C50M0252, de coordenadas N 9.398.314,197 m e E 701.300,903 m; deste, segue confrontando com Espólio de Júlio Soares da Silva - Sítio Espinheirinho, com distância de 1.047,58 m e azimute de 216°23'39" até o vértice C50M0290, de coordenadas N 9.397.470,941 m e E 700.679,332 m; deste, cruza a BR - 304, com distância de 74,28 m e azimute de 215°17'37" até o vértice C50M0247, de coordenadas N 9.397.410,314 m e E 700.636,416 m; deste, segue confrontando com Espólio de Júlio Soares da Silva - Sítio Espinheirinho, com distância de 60,24 m e azimute de 215°54'41" até o vértice C50M0271, de coordenadas N 9.397.361,525 m e E 700.601,084 m; deste, segue confrontando com Espólio de Júlio Soares da Silva - Sítio Espinheirinho, com distância de 188,54 m e azimute de 215°58'34" até o vértice C50M0189, de coordenadas N 9.397.208,945 m e E 700.490,325 m; deste, cruza a Estrada de Upanema, com distância de 124,75 m e azimute de 216°10'38" até o vértice C50M0221, de coordenadas N 9.397.108,247 m e E 700.416,687 m; deste, segue confrontando com Espólio de Júlio Soares da Silva - Sítio Espinheirinho, com distância de 443,58 m e azimute de 216°03'45" até o vértice C50M0245, de coordenadas N 9.396.749,669 m e E 700.155,567 m; deste, segue confrontando com Espólio de Júlio Soares da Silva - Sítio Espinheirinho, com distância de 282,93 m e azimute de 260°03'18" até o vértice C50M0333, de coordenadas N 9.396.700,807 m e E 699.876,889 m; deste, cruza a Estrada de Upanema, com distância de 65,80 m e azimute de 260°11'36" até o vértice C50M0354, de coordenadas N 9.396.689,600 m e E 699.812,052 m; deste, segue confrontando com Espólio de Júlio Soares da Silva - Sítio Espinheirinho, com distância de 21,27 m e azimute de 256°53'57" até o vértice C50M0246, de coordenadas N 9.396.684,778 m e E 699.791,332 m; deste, segue confrontando com Espólio de Júlio Soares da Silva - Sítio Espinheirinho, com distância de 509,72 m e azimute de 259°55'59" até o vértice C50M0253, de coordenadas N 9.396.595,679 m e E 699.289,457 m; deste, segue confrontando com Espólio de Júlio Soares da Silva - Sítio Espinheirinho, com distância de 93,56 m e azimute de 260°06'11" até o vértice C50M0254, de coordenadas N 9.396.579,598 m e E 699.197,287 m; deste, segue confrontando com Espólio de Júlio Soares da

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



# Estado do Rio Grande do Norte



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

274°16'03" até o vértice C50M0171, de coordenadas N 9.403.190,998 m e E 689.033,155 m; deste, segue confrontando com Associação dos Pequenos Produtores Rural Familiar de Santa Fé - Sítio Santa Fé, com distância de 12,14 m e azimute de 274°15'24" até o vértice C50M0198, de coordenadas N 9.403.191,899 m e E 689.021,050 m; deste, segue confrontando com Associação dos Pequenos Produtores Rural Familiar de Santa Fé - Sítio Santa Fé, com distância de 468,66 m e azimute de 274°21'07" até o vértice C50M0167, de coordenadas N 9.403.227,463 m e E 688.553,739 m; deste, segue confrontando com Associação dos Pequenos Produtores Rural Familiar de Santa Fé - Sítio Santa Fé, com distância de 33,45 m e azimute de 295°41'00" até o vértice C50M0174, de coordenadas N 9.403.241,961 m e E 688.523,592 m; deste, segue confrontando com Associação dos Pequenos Produtores Rural Familiar de Santa Fé - Sítio Santa Fé, com distância de 75,64 m e azimute de 322°50'20" até o vértice C50M0176, de coordenadas N 9.403.302,240 m e E 688.477,902 m; deste, segue confrontando com Associação dos Pequenos Produtores Rural Familiar de Santa Fé - Sítio Santa Fé, com distância de 169,67 m e azimute de 286°55'09" até o vértice C50M0175, de coordenadas N 9.403.351,617 m e E 688.315,579 m; deste, segue confrontando com Associação dos Pequenos Produtores Rural Familiar de Santa Fé - Sítio Santa Fé, com distância de 217,38 m e azimute de 296°28'08" até o vértice C50M0327, de coordenadas N 9.403.448,508 m e E 688.120,982 m; deste, segue confrontando com Associação dos Pequenos Produtores Rural Familiar de Santa Fé - Sítio Santa Fé, com distância de 377,76 m e azimute de 274°05'05" até o vértice C50M0169, de coordenadas N 9.403.475,416 m e E 687.744,184 m; deste, segue confrontando com Associação dos Pequenos Produtores Rural Familiar de Santa Fé - Sítio Santa Fé, com distância de 32,89 m e azimute de 273°50'27" até o vértice C50M0168, de coordenadas N 9.403.477,619 m e E 687.711,370 m; deste, segue confrontando com Associação dos Pequenos Produtores Rural Familiar de Santa Fé - Sítio Santa Fé, com distância de 1.844,95 m e azimute de 274°06'53" até o vértice C50M0197, de coordenadas N 9.403.610,003 m e E 685.871,172 m; deste, segue confrontando com Aldenildo Cortez Leite - Estreito do Jacu, com distância de 731,73 m e azimute de 346°29'19" até o vértice C50M0187, de coordenadas N 9.404.321,477 m e E 685.700,214 m; deste, segue confrontando com Adalberto Hipólito de Medeiros - Estreito do Jacu, com distância de 1.818,55 m e azimute de 94°17'03" até o vértice C50M0185, de coordenadas N 9.404.185,628 m e E 687.513,678 m; deste, segue confrontando com Adalberto Hipólito de Medeiros - Estreito do Jacu, com distância de 182,44 m e azimute de 92°49'29" até o vértice C50M0180, de coordenadas N 9.404.176,637 m e E 687.695,900 m; deste, segue confrontando com Adalberto Hipólito de Medeiros - Estreito do Jacu, com distância de 653,51 m e azimute de 93°44'34" até o vértice C50M0186, de coordenadas N 9.404.133,978 m e E 688.348,014 m; deste, segue confrontando com Adalberto Hipólito de Medeiros - Estreito do Jacu, com distância de 69,17 m e azimute de 72°25'13" até o vértice C50M0184, de coordenadas N 9.404.154,868 m e E 688.413,949 m; deste, segue confrontando com Adalberto Hipólito de Medeiros - Estreito do Jacu, com distância de 312,46 m e azimute de 65°02'09" até o vértice C50M0182, de coordenadas N 9.404.286,743 m e E 688.697,218 m; deste, segue confrontando com Adalberto Hipólito de Medeiros - Estreito do Jacu, com distância de 42,51 m e azimute de 61°49'19" até o vértice C50M0183, de coordenadas N 9.404.306,819 m e E 688.734,694 m; deste, segue confrontando com Adalberto Hipólito de Medeiros - Estreito do Jacu, com distância de 22,25 m e azimute de 64°23'11" até o vértice C50M0181, de coordenadas N 9.404.316,436 m e E 688.754,754 m; deste, segue confrontando com Adalberto Hipólito de Medeiros - Estreito do Jacu, com distância de 756,08 m e azimute de 84°33'53" até o vértice C50M0201, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central n° 39 Wgr, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

**GEORREFERENCIAMENTO:** Imóvel devidamente georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, consoante certificação n° 191212000010-11, datado de 19/12/2012, código SNCR n° 1710770165785, tendo como responsável técnico, Luis Fernando Lyria Monteiro- CREA/SP 260304720-5 (Código de credenciamento: C50), A.R.T.: 0026030472055006120. **PROPRIETÁRIO: INSTITUTO**

**Documento E:** Certidão de Cartório da Comarca de Governador de Dix-Sept Rosado;

**1º OFÍCIO DE NOTAS**  
 EDIMAR VIEIRA DE ALMEIDA  
 Tabelião  
 ELIDIMAR DE MOURA VIEIRA  
 ÉRIKA DE MOURA VIEIRA  
 JAILSON ALMEIDA  
 Substitutos

EDIMAR VIEIRA DE ALMEIDA, Oficial do Registro Geral de Imóveis da 1ª Zona da Comarca de Mossoró - Estado do Rio Grande do Norte, na forma da lei, etc.

**CERTIDÃO DE REGISTRO**

**Certifico**, a pedido verbal de pessoa interessada, e, em razão do meu ofício que, dando buscas nos livros do Registro Geral de Imóveis da 1ª Zona desta Comarca, privativa deste Primeiro Cartório, a existência da MATRÍCULA **30.980** a seguir transcrita em seu **inteiro teor: A PROPRIEDADE DENOMINADA "HIPÓLITO"**, encravada na Zona Rural do Municípios de Mossoró-RN, com área de 4.619,8222ha., e Governador Dix-Sept Rosado, com área de 207,9188ha. Descrita como **P.A. HIPÓLITO, ÁREA TOTAL DE 4.867,1495 ha, Perímetro: 45.766,02 m.** DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO: Partindo do marco M-20, implantado ao norte do lote, definido pela coordenada geográfica de Latitude 5°23'08,94" Sul e Longitude 37°17'21,49" Oeste, Elipsóide SAD 69 e pelas coordenadas planas UTM 9.404.421,960m Norte e 689.551,400m Leste, referida ao meridiano central 39° WGr; deste, percorrendo o limite com propriedade de Adalberto Hipólito de Medeiros, segue com o azimute plano de 97°23'27" e distância de 143,81 metros, chega-se no marco M-21; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de Adalberto Hipólito de Medeiros, segue com o azimute plano de 109°29'10" e distância de 104,11 metros, chega-se no marco M-22; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de Adalberto Hipólito de Medeiros, segue com o azimute plano de 99°06'54" e distância de 3.598,70 metros, chega-se no marco M-23; deste, percorrendo o limite com propriedade de Vicente Pereira Luiz Martins, segue com o azimute plano de 165°01'05" e distância de 491,69 metros, chega-se no marco M-24; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de Vicente Pereira Luiz Martins, segue com o azimute plano de 98°18'02" e distância de 441,52 metros, chega-se no marco M-25; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de Vicente Pereira Luiz Martins, segue com o azimute plano de 99°44'35" e distância de 1.288,42 metros, chega-se no marco M-26; deste, percorrendo o limite com propriedade de José Antonio de Souza, segue com o azimute plano de 174°05'10" e distância de 1.020,63 metros, chega-se no marco M-27; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de José Antonio de Souza, segue com o azimute plano de 63°25'43" e distância de 371,44 metros, chega-se no marco M-28; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de José Antonio de Souza, segue com o azimute plano de 112°10'19" e distância de 360,40 metros, chega-se no marco M-29; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de José Antonio de Souza, segue com o azimute plano de 109°12'44" e distância de 29,14 metros, chega-se no marco M-30; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de José Antonio de Souza, segue com o azimute plano de 61°48'25" e distância de 56,98 metros, chega-se no marco M-32; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de José Antonio de Souza, segue com o azimute plano de 60°46'53" e distância de 454,40 metros, chega-se no marco M-33; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de José Antonio de Souza, segue com o azimute plano de 93°56'37" e distância de 442,16 metros, chega-se no marco M-34; deste, atravessando a Rodovia Br-304, segue com o azimute plano de 33°03'04" e distância de 84,33 metros, chega-se no marco M-35;



deste, percorrendo o limite com propriedade de José Antonio de Souza, segue com o azimute plano de  $79^{\circ}34'15''$  e distância de 779,72 metros, chega-se no marco M-300; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de José Antonio de Souza, segue com o azimute plano de  $79^{\circ}34'13''$  e distância de 309,75 metros, chega-se no marco M-299; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de José Antonio de Souza, segue com o azimute plano de  $79^{\circ}34'17''$  e distância de 296,95 metros, chega-se no marco M-298; deste, atravessando a Vicinal 4, segue com o azimute plano de  $81^{\circ}45'20''$  e distância de 8,51 metros, chega-se no marco M-301; deste, percorrendo o limite com propriedade de José Antonio de Souza, segue com o azimute plano de  $81^{\circ}44'47''$  e distância de 1.028,96 metros, chega-se no marco M-37; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de José Antonio de Souza, segue com o azimute plano de  $81^{\circ}52'42''$  e distância de 1.669,33 metros, chega-se no marco M-38; deste, percorrendo o limite com o P.A. Maracanaú, segue com o azimute plano de  $131^{\circ}27'45''$  e distância de 2.080,72 metros, chega-se no marco M-39; deste, percorrendo o limite com propriedade de Patricio Junior Oliveira, segue com o azimute plano de  $199^{\circ}35'20''$  e distância de 906,86 metros, chega-se no marco M-40; deste, percorrendo o limite com o P.A. Nova Trapiá e propriedade de Olival Monte, segue com o azimute plano de  $197^{\circ}41'02''$  e distância de 1.294,66 metros, chega-se no marco M-332; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de Olival Monte, segue com o azimute plano de  $197^{\circ}01'26''$  e distância de 253,00 metros, chega-se no marco M-331; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de Olival Monte, segue com o azimute plano de  $197^{\circ}37'09''$  e distância de 688,73 metros, chega-se no marco M-41; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de herdeiros de Júlio Soares, segue com o azimute plano de  $216^{\circ}37'27''$  e distância de 118,86 metros, chega-se no marco M-330; deste, atravessando a Vicinal 4, segue com o azimute plano de  $216^{\circ}37'20''$  e distância de 10,32 metros, chega-se no marco M-258; deste, percorrendo o limite com propriedade de herdeiros de Júlio Soares, segue com o azimute plano de  $216^{\circ}37'27''$  e distância de 172,54 metros, chega-se no marco M-257; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de herdeiros de Júlio Soares, segue com o azimute plano de  $216^{\circ}37'27''$  e distância de 1.060,92 metros, chega-se no marco M-42; deste, atravessando a Rodovia BR-304, segue com o azimute plano de  $214^{\circ}36'08''$  e distância de 66,37 metros, chega-se no marco M-1; deste, percorrendo o limite com propriedade de herdeiros de Júlio Soares, segue com o azimute plano de  $215^{\circ}53'27''$  e distância de 297,73 metros, chega-se no marco M-96; deste, atravessando a Vicinal 6, segue com o azimute plano de  $215^{\circ}53'19''$  e distância de 67,96 metros, chega-se no marco M-97; deste, percorrendo o limite com propriedade de herdeiros de Júlio Soares, segue com o azimute plano de  $215^{\circ}53'26''$  e distância de 459,45 metros, chega-se no marco M-2; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de herdeiros de Júlio Soares, segue com o azimute plano de  $259^{\circ}47'40''$  e distância de 297,61 metros, chega-se no marco M-102; deste, atravessando a Vicinal 6, segue com o azimute plano de  $259^{\circ}47'01''$  e distância de 43,98 metros, chega-se no marco M-101; deste, percorrendo o limite com propriedade de herdeiros de Júlio Soares, segue com o azimute plano de  $259^{\circ}48'21''$  e distância de 551,89 metros, chega-se no marco M-187; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de herdeiros de Júlio Soares, segue com o azimute plano de  $259^{\circ}51'15''$  e distância de 84,92 metros, chega-se no marco M-188; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de herdeiros de Júlio Soares, segue com o azimute plano de  $259^{\circ}51'15''$  e distância de 3.062,14 metros, chega-se no marco M-4; deste, percorrendo o limite com propriedade de herdeiros de Francisco Nunes, segue com o azimute plano de  $3^{\circ}19'15''$  e distância de 1.219,81 metros, chega-se no marco M-5; deste, percorrendo o limite com propriedade de Elizeu Gomes Melo, segue com o azimute plano de  $4^{\circ}06'56''$  e distância de 1.667,71 metros, chega-se no marco M-6; deste, percorrendo o limite com propriedade de Valmir Hipólito, segue com o

azimute plano de 316°21'46" e distância de 302,66 metros, chega-se no marco M-13; deste, percorrendo o limite com propriedade de Antonio Eloy, Gentil Hipólito e Família e Francisco Aguiar de Araújo, segue com o azimute plano de 274°05'26" e distância de 3.003,98 metros, chega-se no marco M-14; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de Francisco Aguiar de Araújo, segue com o azimute plano de 294°50'43" e distância de 556,30 metros, chega-se no marco M-15; deste, percorrendo o limite com propriedade de Benedito Pereira de Andrade, segue com o azimute plano de 274°06'34" e distância de 2.261,97 metros, chega-se no marco M-16; deste, percorrendo o limite com propriedade de Dr. Gastão, segue com o azimute plano de 346°42'19" e distância de 731,86 metros, chega-se no marco M-17; deste, percorrendo o limite com propriedade de José Francisco Neto, segue com o azimute plano de 93°54'32" e distância de 2.625,78 metros, chega-se no marco M-18; deste, percorrendo o limite com propriedade de Adalberto Hipólito de Medeiros, segue com o azimute plano de 67°30'12" e distância de 442,96 metros, chega-se no marco M-19; deste, percorrendo ainda o limite com propriedade de Adalberto Hipólito de Medeiros, segue com o azimute plano de 85°09'00" e distância de 777,56 metros, chega-se no marco M-20, ponto inicial da descrição deste perímetro.

**Proprietário:** INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA (CNPJ/MF nº 00.375.972/0018-09) com sede à Edifício do Palácio do Desenvolvimento, Setor Bancário Norte, Brasília - DF

**Título Anterior:** O citado imóvel foi havido nos termos do MANDADO TRANSLATIVO DE DOMÍNIO EXPRIPRIADO, firmado em data de 06.09.2002, pela dra. Ana Cecília Mendonça de Souza, Juíza Federal substituta da 4ª Vara, o imóvel denominado FAZENDO HIPÓLITO, constituído dos sítios Estreito do jacu, Biratanha, Martinho, Taboleiro alto, data do Chafariz, Hipólito ou Baixa Verde, com área de 6.685,2450ha (seis mil, seiscentos e oitenta cinco hectares, vinte e quatro áres e cinquenta centavos), limitando-se: Norte, com viúva de Tibúrcio Rodrigues, Sul c/ Fco Nunes e Cosmo Hipólito, Leste, c/ Julio Flávio e Manoel Soares, e, Oeste s/ Arnaldo Pereira, devidamente registrado sob o R-4 da matrícula 777, em data de 17/09/2002, no livro "2" (Registro Geral) deste Primeiro Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mossoró-RN.

**Averbação 1** Procedeu-se esta averbação, nos termos do OFÍCIO nº 62719/2020/SR(19)RN/INCRA-INCRA, datado de 15/10/2020, Processo nº 54330.001043/2012-41, Planta, Memorial Descritivo, ART nº 0026030472055006120 e demais documentos, foi requerida pelo proprietário, INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA (CNPJ/MF nº 00.375.972/0018-09) com sede à Edifício do Palácio do Desenvolvimento, Setor Bancário Norte, Brasília - DF, abertura de nova matrícula, tendo em vista que o imóvel apresenta CERTIFICAÇÃO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL - CCIR, CÓDIGO Nº 171.077.016.578-5, o imóvel acima. *(deixo de recolher custas e emolumentos, nos termos da Lei 9.278/2009, "solicitações realizadas pela União são isentas de custas e emolumento).*

**Poder Judiciário do RN**  
**Selo Digital de Fiscalização**  
**Cartório Primeiro Ofício de Notas - RN**  
**Selo Isento**  
**RN202010949040017472HHS**  
Consulte a validade no site: <https://selodigital.tjrn.jus.br>

**Poder Judiciário do RN**  
**Selo Digital de Fiscalização**

**Cartorio Primeiro Ofício de Notas - RN**  
**Selo Isento**

**RN202010949040017471ZRH**

Consulte a validade no site: <https://selodigital.tjrj.us.br> Em data de 21 de outubro de 2020, neste Registro Imobiliário.

**Averbação 2** Procede-se a presente averbação, nos termos do OFÍCIO nº 62719/2020/SR(19)RN/INCRA-INCRA, datado de 15/10/2020, Processo nº 54330.001043/2012-41, Planta, Memorial Descritivo, ART nº 0026030472055006120 e demais documentos, para constar que o imóvel objeto desta matrícula (Projeto de Assentamento denominado Fazenda Hipólito), está localizado nos municípios de Mossoró-RN e Governador Dix-Sept Rosado, com as seguintes áreas: Município de Mossoró-RN: área de: 4.619,8222 hectares - Município de Governador Dix-Sept Rosado: área de: 207,9188 hectares. *(deixo de recolher custas e emolumentos, nos termos da Lei 9.278/2009, "solicitações realizadas pela União são isentas de custas e emolumento").*

**Poder Judiciário do RN**  
**Selo Digital de Fiscalização**  
**Cartorio Primeiro Ofício de Notas - RN**  
**Selo Isento**

**RN202010949040017472HHS**

Consulte a validade no site: <https://selodigital.tjrj.us.br>

**Poder Judiciário do RN**  
**Selo Digital de Fiscalização**  
**Cartorio Primeiro Ofício de Notas - RN**  
**Selo Isento**

**RN202010949040017471ZRH**

Consulte a validade no site: <https://selodigital.tjrj.us.br>. Em data de 21 de outubro de 2020, neste Registro Imobiliário. O referido é verdade; Dou fé.

Mossoró/RN, 21 de outubro de 2020.

1º OFÍCIO DE NOTAS DE MOSSORÓ-RN  
PRIMEIRA ZONA IMOBILIÁRIA  
**Jailson Almeida**  
Tabelião Substituto



Poder Judiciário do RN  
Selo Digital de Fiscalização  
Cartorio Primeiro Ofício de Notas - RN  
Selo Isento  
RN202010949040017471ZRH  
Consulte a validade no site: <https://selodigital.tjrj.us.br>



Poder Judiciário do RN  
Selo Digital de Fiscalização  
Cartorio Primeiro Ofício de Notas - RN  
Selo Isento  
RN202010949040017472HHS  
Consulte a validade no site: <https://selodigital.tjrj.us.br>

## Documento F: Auto de Emissão de Posse dos Assentados.

## AUTO DE IMISSÃO DE POSSE

Aos (14) quatorze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e sete (1987), nesta Comarca de Mossoró/RN, em cumprimento ao respeitável Mandado de Imissão de Posse, exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca e Carta Precatória de Diligência do Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, extraído dos Autos da Ação de Desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária, Processo Nº 6.388/86 - Classe V, promovida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, devidamente qualificado na inicial da mencionada Ação, nos termos do Decreto Presidencial Nº 93.323, de 01.10.86, publicado no D.O.U de 03.10.86, às Páginas 14906 - Seção I, contra o BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - BDRN, nós Oficiais de Justiça, abaixo firmados, nos dirigimos ao imóvel rural denominado "FAZENDA HIPÓLITO", situado neste Município e Comarca de Mossoró/RN, e, ai, após as formalidades legais, IMITIMOS, o Expropriante, O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei Nº 1.110, de 09.07.70, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 7.231, de 23.10.84, inscrita no CGC/MF sob o Nº 00.375.972/0018 - 09, na posse do citado imóvel, com área total de 6.685,2450 (seis mil, seiscentos e oitenta e cinco hectares, vinte e quatro ares e cinquenta centiares), matriculado em 13 de setembro de 1977, sob o Nº 777, registrado sob o Nº R-2-777, em 22 de novembro de 1985, às fls. 077, do Livro 2-6, do Cartório do Primeiro Ofício de Notas, Registro Geral de Imóveis da 1ª Zona da Comarca de Mossoró/RN, conforme consta da inicial, com as confrontações e características constantes do perímetro mencionado no Artigo 1º, parágrafos 1º e 2º do Decreto Desapropriatório acima referido, a seguir: "inicia o perímetro no ponto 1, de Coordenadas UTM E= 686.330m e N= 9.404.680m, referidas ao MC 39ºWGr, situado na divisa de terras de Arnaldo e Adalberto Hipólito; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Adalberto Hipólito, com azimute de 105º05'57" e distância de 2.418,50m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca, com azimute de 77º06'04" e distância de 671,96m, até o ponto 3; deste, segue por linha seca, com azimute de 104º22'53" e distância de 4.831,50m, até o ponto 4; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Vicente Pereira, com azimute de 173º47'48" e distância de 462,71m, até o ponto 5; deste, segue por linha seca, com azimute de 110º37'56" e distância de 1.319,64m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Benedito, com azimute de 170º42'24" e distância de 557,31m, até o ponto 7; deste, segue por linha seca, com azimute de 125º55'31" e distância de 1.031,14m, até o ponto 8; deste, segue por linha seca, com azi-

mute de 66956'55" e distância de 510,78m, até o ponto 9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Benedito, José Antonio e José Martins dos Santos, com azimute de 85943'28" e distância de 6.773,85m, até o ponto 10; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Viúva de Tibúrcio Rodrigues, Flávio Soares e Maroel Soares, com azimute de 161924'47" e distância de 2.384,37m, até o ponto 11; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manoel Soares e Júlio Soares, com azimute de 208928'22" e distância de 3.156,84m, até o ponto 12; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Júlio Soares, com azimute de 241900'04" e distância de 3.001,27m, até o ponto 13; deste, segue por linha seca, com azimute de 267931'01" e distância de 3.808,58m, até o ponto 14; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Francisco Nunes, com azimute de 347909'08" e distância de 4.677,09m, até o ponto 15; deste, segue por linha seca, com azimute de 288915'46" e distância de 1.053,04m, até o ponto 16; deste, segue por linha seca, com azimute 331906'48" e distância de 331,21m, até o ponto 17; deste, segue por linha seca, com azimute de 280959'19" e distância de 2.098,48m, até o ponto 18; deste, segue por linha seca, com azimute de 4907'39" e distância de 972,52m, até o ponto 19; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Cosmo Hipólito, com azimute de 284925'51" e distância de 3.170,02m, até o ponto 20; deste, segue por linha seca, com azimute de 271909'52" e distância de 2.460,51m, até o ponto 21; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Arnaldo, com azimute de 359915'04" e distância de 1.530,13m, até o ponto 22; deste, segue por linha seca, com azimute de 295920'46" e distância de 210,24m, até o ponto 23; deste, segue por linha seca, com azimute de 0900'00" e distância de 700m, até o ponto 1, início da descrição do perímetro. (Fontes de Referência: Carta da SUDENE, Folha SB. 24-X-D-I, Escala 1:100.000, Ano 1972 e levantamento aerofotogramétrico da região, realizado pela empresa Geofoto S/A, Escala 1:40.000).

Do perímetro descrito neste artigo e que encerra uma área de 6.731,1650 ha (seis mil, setecentos e trinta e um hectares, dezesseis ares e cinquenta centiares), fica excluída dos efeitos deste Decreto a área 45,9200 ha (quarenta e cinco hectares e noventa e dois ares), referente a faixa de domínio da BR-304, restando a área líquida de 6.685,2450 ha (seis mil, seiscentos e oitenta e cinco hectares, vinte e quatro ares e cinquenta centiares).

O imóvel rural FAZENDA HIPÓLITO se encontra cadastrado no INCRA sob Código 171.077.016.578 em nome do BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - BDRN. E, para constar, presentes os ocupantes da área expropriada, lavramos este Auto, que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado por nós Oficiais de Justiça, pelo Superintendente Regional do INCRA no Estado do Rio Grande do Norte, Dr. GILBERTO DE BARRÓS LINS, pelo Procurador Regional do INCRA,

xo, a tudo presentes.

OFICIAIS DE JUSTIÇA:

*Raimundo Fernandes*



IMITIDO:

Dr. Gilberto de Barros Lins  
Superintendente Regional - SR(19)

*Francisco das Chagas Gonçalves de Almeida*  
Dr. Francisco das Chagas Gonçalves de Almeida  
Procurador Regional - SR(19)J

TESTEMUNHAS:

*Sebastião da Silva*

*Manoel da Silva*

*Manoel da Silva*

*Alberto da Silva*

*Manoel da Silva*

*Manoel da Silva*

*707*

**ANEXO 2: Produto Pedagógico: Projeto de Intervenção: A Escola antes da Escola**

# PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

## **A Escola antes da Escola:**

o uso dos arquivos escolares como ferramenta pedagógica na  
aula de História



**Mossoró  
2024**

## SUMÁRIO

1. Identificação	-----	03
2. Apresentação	-----	04
3. Sequência Didática	-----	08
4. Referencial Teórico	-----	10
5. Anexos	-----	11
5.1. Texto: o início e o fim da Escola Municipal do 1º Grau Hipólito (1990-2000) ....		13
5.2. Livros de Matrícula .....		15
5.3. Decreto-lei nº 1.782/99 da Prefeitura de Mossoró .....		16
5.4. Fotos das antigas instalações da Escola Municipal do 1º Grau Hipólito .....		17
5.5. Projeto de lei 65/99 da Câmara Municipal de Mossoró .....		18
5.6. Planta da Escola Municipal Evilásio Leão .....		19
5.7. Recortes de jornais sobre a nucleação da E. M. do 1º Grau Hipólito .....		20

## 1. IDENTIFICAÇÃO

**Escola:** Escola Municipal Evilásio Leão

**Localização:** Projeto de Assentamento Fazenda Hipólito s/n

**Projeto:** A Escola antes da Escola: o uso dos arquivos escolares como ferramenta pedagógica na aula de História

**Professor responsável:** Tony Cesar

**Turma:** 6º ano

**Turno:** Vespertino

**Período:** 1º bimestre (março a abril)

**Objetivo Geral:** Proporcionar aos estudantes do 6º ano, através da educação patrimonial, uma reflexão sobre a história da sua escola a partir do uso dos arquivos escolares.

### Objetivos específicos

- Conceitualizar termos como fonte histórica, memória, arquivo e patrimônio.
- Trabalhar os arquivos escolares como fonte histórica.
- Analisar a importância do arquivo para a memória da escola
- Desenvolver nos alunos a consciência histórica sobre mudanças e permanências.
- Organizar e realizar uma exposição escolar a Escola Municipal 1º Grau Hipólito.

### Habilidades (BNCC)

- EF06HI01: Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas).
- EF06HI02: Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e época.

**Avaliação:** Será aplicada uma avaliação qualitativa, onde se levará em conta o processo de ensino-aprendizagem de aluno de forma contínua, cumulativa e sistemática. Observando no estudante os seguintes requisitos: responsabilidade, autonomia e atitude crítica aos trabalhos desenvolvidos.

## 2. APRESENTAÇÃO

O uso dos arquivos escolares na aula de História como fonte de pesquisa é também uma forma de disseminar e promover acesso à informação pública por meio desses documentos e a memória da instituição na qual ela se refere. É uma maneira de ampliar o olhar do aluno sobre esses documentos, tomando-os não só como papéis jurídico-administrativos, mas também como uma fonte de informação, cultura e memória. Por outro lado, constata-se que os arquivos escolares são poucos utilizados para fins didáticos, seja na aula de história ou em qualquer outra disciplina, por serem vistos como algo distante da comunidade escolar e possuírem uma imagem exclusiva da secretaria da escola.

Pensando nisso, o presente Projeto de Intervenção intitulado “A Escola antes da Escola” visa fazer uso de alguns arquivos escolares na aula de história sobre a memória da Escola Municipal Evilásio Leão, uma instituição educacional localizada no Projeto de Assentamento Hipólito, zona rural da cidade de Mossoró. Enquanto professor de história dessa instituição desde 2014, o diagnóstico que faço, com base na minha experiência docente, é que o alunado desconhece a história de seu colégio e que, por conta disso, não são capazes de responder perguntas básicas como: A) quando a escola foi fundada na comunidade? B) onde era? C) como era? D) quem estudou? E) como estudou? F) Quais eram as séries? G) Quais as disciplinas? H) quem ensinou? I) como ensinou?

Essa instituição já possui 34 anos de existência e nunca foi feito um trabalho pedagógico sobre sua história tanto no quesito organizacional, educativo ou estrutural. Portanto, a problemática desse projeto se encontra na ausência de elaboração dessa instituição de um projeto educacional que levassem os alunos a conhecerem a História da sua escola e que, ao mesmo tempo, os levassem a empatia sobre o lugar que estudam e um sentimento cidadão em cuidar e preservar.

A história da E. M. Evilásio Leão está dividida em dois momentos, a primeira inicia-se com a sua fundação em 1990 até 2000 onde a escola resumia-se em dois armazéns improvisados, pois até aquele momento a Secretaria de Educação de Mossoró não havia construído um prédio escolar, e o currículo educacional era voltado para estudantes de 1º a 4º série do 1º grau e atendia somente os moradores do Assentamento Hipólito. Naquele período o nome da escola era “Escola Municipal do 1º Grau Hipólito”.

A segunda fase dessa instituição se dá quando em 2001, quando é inaugurado pela Prefeitura de Mossoró o atual prédio escolar, tornando essa escola em uma instituição nuclear. A partir daquele momento e até agora, as aulas começaram a ser voltadas para os estudantes do

ensino fundamental, tanto para os anos iniciais como para os anos finais, e as matrículas se estendiam também para outras comunidades rurais adjacentes.

Portanto, o presente projeto, pretende pesquisar sobre a memória da Escola Municipal Evilásio Leão na sua primeira fase de existência (1990-2000) e seu momento de transição para a atual escola a partir dos seus documentos escolares. A turma escolhida para esse fim foi o 6º ano no 1º bimestre. O motivo dessa escolha está ligado ao seu conteúdo que será ministrado a essa turma nesse período, onde conceitos fundamentais serão expostos para eles como: história, fonte histórica, memória e patrimônio. Pois, esses há possibilidade de se fazer um elo desse conteúdo didático com o presente projeto.

Mediante uma sequência de didática, a escrituração escolar que será utilizado na sala de aula serão os seguintes: A) cadernos de matrícula; B) fichas individuais dos alunos; C) decreto-lei 1.782/99 da Câmara dos Vereadores de Mossoró e da Prefeitura sobre a mudança do nome da instituição para “Escola Municipal Evilásio Leão”; D) planta baixa; D) recortes de jornais como o De Fato, O Mossoroense e o Gazeta do Oeste. Além disso, faremos visitas a locais específicos como a secretaria da escola – local onde ficam os arquivos pesquisados – e nas suas antigas instalações.

Esse projeto tem como referencial teórico o uso dos arquivos escolares nas aulas de história como fonte histórica como uma forma possível de aproximar o aluno na construção da memória da sua escola. Mais do que ensinar, esses documentos podem prender a atenção dos alunos, favorecer sua capacidade reflexiva e, de uma maneira mais dinâmica, ampliar seus conhecimentos. Com efeito, o aluno que conseguir exercitar a capacidade de ler um documento antigo e contextualizá-lo historicamente, estará, sem dúvida, ampliando cognitivamente sua consciência histórica.

Conforme Rodrigues e Gomes (2021) o uso dos arquivos escolares na sala de aula proporcionará uma maior aproximação do aluno com o arquivo e, como consequência, a expansão do seu uso. Os arquivos deixarão de ser vistos apenas como documentos administrativos e passarão a agregar valores culturais e educativos. Pensar os arquivos por uma ótica que não apenas priorize a sua razão primária de ser, contribuirá para alargar o seu valor social e a sua importância junto ao aluno/cidadão, despertando-o para valores ligados ao patrimônio, a cultura, a memória e identidade.

O trabalho com fontes/arquivos possibilita que os estudantes aprendam que o conhecimento sobre o passado é resultado do trabalho intelectual do historiador. Principalmente quando as fontes são estimulantes que tenham elo com o assunto estudado, explorando a

complexidade do passado, sobre indícios de situações vividas e da diversidade de formas de ser e agir.

O objetivo desse projeto, além de pesquisar sobre a primeira fase de existência do “Evilásio Leão”, é proporcionar uma reflexão sobre a possibilidade do uso dos arquivos escolares no ensino de história. É uma forma de difundir essa fonte histórica na sala de aula que visa a aprendizagem do aluno sobre o passado e sobre o presente da sua escola. É uma ação relevante, pois atrai o aluno ao arquivo e, ao mesmo tempo, aos acervos.

Defendo que o ensino de História cumpre bem esse papel na realização de atividades e propostas de projetos educativos, proporcionando situações didáticas que permitam aos alunos conhecerem a memória da escola através dos seus arquivos onde possam aprender, compreender e valorizar aquilo que é muitas vezes visto como comum e irrelevante. Nesse sentido, é de fundamental importância que os professores de História desenvolvam ações pedagógicas voltadas para a construção de uma cultura patrimonial.

É evidente que esse tipo de ação deve ser ministrado e acompanhado pelo professor de história com metodologias e objetivos educativos, pois os arquivos não foram feitos para uma ação educativa. Mas para serem assim, e se constituírem como tal, é preciso que haja um processo de aprendizagem na sala de aula, um esclarecimento do que se quer investigar.

Conforme Alberti (2019, p.107) “o trabalho com fontes é tão importante para as aulas de história quanto são experiências em laboratórios para as aulas de química, física ou biologia”. Segundo ele, essa postura pedagógica, permite ao aluno “ampliar o conhecimento sobre o passado” e possibilita, na prática, “como se constitui o conhecimento histórico”. Quanto mais os alunos tiveram a oportunidade de trabalhar com fontes, mais poderão progredir na aquisição de saberes e práticas vinculados à análise e à interpretação de dados a partir de formulação de problemas.

Gomes e Monteiro (2016) afirmam que os arquivos são fontes privilegiadas de saber e que podem contribuir muito para a consciência histórica dos alunos. E completam

Os arquivos, escolares ou não, podem e devem ser utilizados como instrumentos pedagógicos; professores e alunos devem recorrer a eles para a formulação de um processo de aprendizado mais dinâmico, rompendo a ideia de arquivos como locais de perpetuação do poder, observando-os como locais privilegiados de recursos informacionais, que possibilitam a produção de novos conhecimentos, enxergá-los por um novo prisma. (2016: p.67)

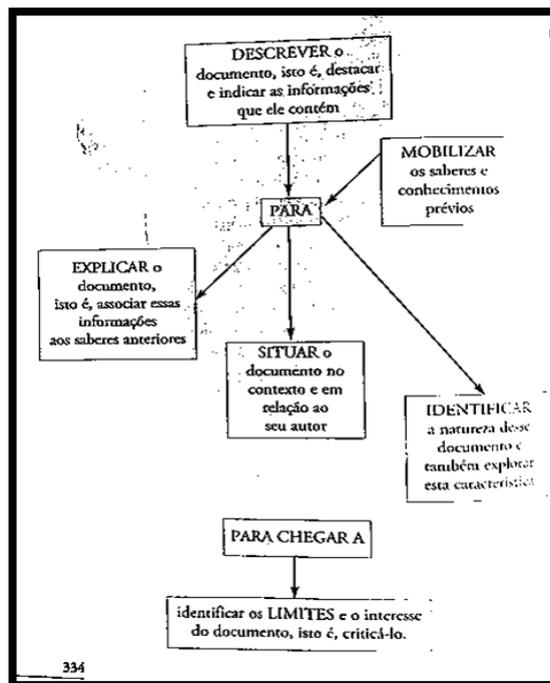
Ao descreverem o arquivo escolar como um instrumento pedagógicas, os autores Rodrigues e Gomes (2021), Alberti (2019) e Gomes e Monteiro (2016) destacam a variedade

desse tipo de registro e suas possibilidades de ensino não ficando restrito apenas aquele arquivo-papel tradicional burocrático das secretarias das escolas. Eles afirmam que esses documentos são únicos dentro de cada instituição e, como consequência, da cultura escolar da instituição. Tais arquivos podem, inclusive, ajudar a explicar a existência histórica da instituição, as relações entre as pessoas que a frequentaram, a situação econômica dos alunos e da localidade inserida, a religião, a cor da pele, o gênero, as punições, os costumes, o tipo de fardamento, etc.

Segundo Bittencourt (2008), o uso de documentos como fonte histórica nas aulas de História justifica-se pelas contribuições que eles podem oferecer para o desenvolvimento do pensamento histórico. Uma dessas contribuições é facilitar ao estudante a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico pelo entendimento de que “os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares, fazem parte da memória social e precisam ser preservados como patrimônio da sociedade” (Bittencourt: 2008, p.333)

Bittencourt (2008) orienta ao professor de história que, ao transformar um documento em um material didático, deve levar em conta a articulação entre os métodos do historiador e os pedagógicos, que a proposta de análise deve sempre articular com os procedimentos e objetivos. Para melhor ilustrar, a autora apresenta o seguinte esquema:

**Figura 01:** Análise e procedimentos a um documento em sala de aula



Fonte: Bittencourt (2008: p.334)

A proposta apresentada pela figura 1 é válida para qualquer documento que seja inserido em situação pedagógica, levando em conta que existe, para cada tipo de documento, uma estratégia específica a sua linguagem. Pois como já foi dito, todo arquivo pode sim ser utilizado como uma ferramenta identitária e educativa pelos professores, mas para que isto ocorra, é preciso que as instituições educativas criem programas específicos para levar o público estudantil até eles. Apresentar os arquivos escolares aos alunos como um dos patrimônios da escola pode promover um processo ativo de construção do conhecimento e desenvolvimento da cidadania.

### **3. SEQUÊNCIA DIDÁTICA**

Para a aplicação desse projeto foi desenvolvido uma sequência didática com os alunos do 6º ano, turma de 2024 da E. M. Evilásio Leão, que ocorrerá entre os meses de março e abril. Essa sequência didática levará em consideração o momento cognitivo dos alunos que estão em momento de transição entre os anos iniciais com os anos finais. Será uma sequência onde exigirá muita parcimônia no intuito de garantir a continuidade dessa nova fase escolar do aluno do 6º ano.

#### **Primeira fase: Apresentação do projeto**

Nessa primeira fase, será apresentado o projeto aos alunos no que concerne ao tema, métodos e objetivos. Ou seja, a turma receberá informações prévias sobre o projeto como: o que iremos estudar? por que estudar? como iremos estudar? Qual o objetivo? Será um momento de convencimento para que a turma se sinta atraída pelo projeto.

No decorrer das aulas, será pontuado conceitos de história fundamentais para o andamento do projeto como o que é História, fonte histórica, memória, tempo (presente, passado, continuidade e descontinuidade, diferenças e semelhanças), patrimônio (material e imaterial) e arquivo escolar. Para isso, será utilizado o livro didático, que eles receberam da Secretaria de Educação de Mossoró, especificamente o capítulo 01 “Introdução ao Estudo de História” (p.12-22) da coleção “Araribá Conecta História”.

**Segunda fase:** Contato com os arquivos escolares

Nessa segunda fase, os alunos terão acesso em sala de aula aos documentos escolares que serão: cadernos de matrícula; fichas individuais dos alunos; decreto-lei 1.782/99 da Câmara dos Vereadores de Mossoró e da Prefeitura sobre a mudança do nome da escola para “Escola Municipal Evilásio Leão” e a planta baixa da atual escola.

Cada documento será utilizado de forma individual, ou seja, um de cada vez, tratado pedagogicamente com os alunos por meio de leituras coletivas, explicações e orientações de atividades, respeitando o ritmo de aprendizagem do aluno. Nesse momento, o importante é que eles entendam esses arquivos fazem parte do patrimônio cultural de uma instituição escolar e que além de serem registros do cotidiano burocrático da escola, podem, também, ajudar a ver e a rever a existência histórica da instituição e da comunidade em que reside.

Antes do acesso a esses documentos, a turma lerá um texto introdutório com o título a “A Escola antes da Escola: o início e o fim da Escola Municipal do 1º Grau Hipólito (1990-2000)”, esse texto fala sobre a Escola Municipal Evilásio Leão na sua primeira década de existência (1990-2000). Com ele, os alunos terão acesso as seguintes informações: localização da escola; series que eram ministradas; a estrutura física da escola; o ano de fundação da escola; quantidade de alunos matriculados; as cidades de origem dos alunos; a distribuição de matrículas por ano e série; o processo de transição para a escola atual. Logo depois, no decorrer das aulas, é que terão acesso aos arquivos escolares.

Com o Livro de Matrícula os estudantes irão encontrar informações sobre os alunos como: aprovados e reprovados, endereço, naturalidade, ano e série, nome e idade, data de nascimento, nome dos pais dos alunos e das professoras, e quantidade de alunos na turma. Já com as Fichas Individuais eles verão informações mais específicas como: sexo, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, endereço e desempenho escolar.

Após uma leitura coletiva e explicações sobre o documento, os alunos serão divididos em grupos e cada um receberá uma xerox de uma folha do caderno de matrícula. A partir disso, eles terão que responder as seguintes indagações: A) qual era o nome da escola naquela época? B) quem era a professora? C) qual era a série? D) quantos alunos tinham naquela turma? E) qual era a faixa etária desses alunos? F) quantos foram aprovados e reprovados? G) Quantos meninos e meninas tinha na turma? H) todos moravam no Assentamento Hipólito? I) todos nasceram em Mossoró? J) quais eram as professoras que lecionavam? L) quais eram as séries? M) Quais eram suas nacionalidades? N) Qual era a profissão dos pais? Após isso, cada grupo irá

apresentar seus dados para a turma e expressando suas opiniões. Todos esses momentos serão registrados com fotos de celulares.

Com os outros documentos como as fichas individuais, decreto-lei 1.782/99 sobre a mudança do nome da escola e a planta baixa da atual escola, serão feitas leituras coletivas e esclarecimentos sobre as particularidades de cada documentos como estrutura e objetivos, provocando neles um debate e conseqüentemente reflexões sobre o processo de criação e desenvolvimento da escola.

Sobre a inauguração da nova escola, que ocorreu em 02 de fevereiro de 2001, representando o fim das aulas no Assentamento Hipólito nos antigos galpões, será apresentado aos alunos quatro recortes de jornais. O primeiro, publicado no dia 02 de dezembro de 1999, já anunciava o fim da construção da escola e da sua iminente inauguração. As outras três reportagens noticiam a inauguração da escola e nelas encontramos informações importantes como: quais autoridades participaram, a estrutura da escola, quanto custou a obra, quais comunidades iriam atender e quantos alunos seriam matriculados, entre outros. Serão utilizados cinco noticiários: o primeiro será o Gazeta do Oeste que jornais locais noticiaram a inauguração da escola como o Gazeta do Oeste, O Mossoroense, Jornal de Fato.

### **Terceira fase:** Aula de campo

Após dialogarem com os arquivos escolares, os alunos serão levados para dois ambientes que entendo ser importante para o projeto: a secretaria da escola e os antigos prédios onde ocorriam as aulas antes da inauguração da escola.

A primeira visita será na secretaria da escola, procurará levar os alunos a terem um contato pedagógico com o local da escola onde são guardados os arquivos no qual eles tiveram contato na sala de aula. Nessa visita, eles terão um esclarecimento sobre o funcionamento da secretaria escolar que serve tanto para o serviço administrativo da instituição quanto também para a pesquisa e memória da escola. Com os conhecimentos prévios que eles tiveram na sala de aula sobre os arquivos, na secretaria eles verão onde estão os arquivos ativos e permanentes. Essa aula terá a ajuda de um dos funcionários da escola que trabalham especificamente com os arquivos.

A segunda visita será nas antigas instalações da escola entre os anos de 1990 a 2000 que ocorriam na Associação do Assentamento Hipólito e na antiga bodega comunitária hoje se encontra em escombros. Ambos os locais ficam bem próximas a atual escola. Nessa aula de campo terá a presença de uma das professoras que lecionaram nessas instalações para que ela

possa explicar com riqueza de detalhes como era as aulas naquela época. Todos esses momentos serão registrados com fotos de celulares.

#### **Quarta fase:** A culminância

Como culminância do projeto, a turma do 6º ano, com a orientação do professor, organizará de uma exposição na sala de aula aberta ao público sobre tudo o que foi pesquisado e produzido até aquele momento. Nessa exposição, os visitantes verão maquetes da antiga escola e da escola atual, banners com informações com base nos arquivos pesquisados sobre o número de matriculados, nome das professoras, disciplinas ensinadas, tipos de arquivos pesquisados, recortes de jornais, fotografias das visitas na secretaria da escola e nos prédios antigos, etc. Os documentos como os cadernos de matrícula e as fichas individuais dos alunos estarão presentes também na exposição a disposição do público visitante.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena: Fontes: In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de Oliveira (Org.) Dicionário de ensino de história. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008

GOMES, Priscila Ribeiro; MONTEIRO, Magno Vinicius da Silva: Arquivo escolar: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2016 (p.61-80)

RODRIGUES, Fernanda da Silva; GOMES, Priscila Ribeiro: Arquivologia e Educação: múltiplas abordagens. P2P&INOVAÇÃO, Rio de Janeiro, 2021.

## 5. ANEXOS

### **Anexo 5.1 - Texto: o início e o fim da Escola Municipal do 1º Grau Hipólito (1990-2000)**

Após a fundação do Projeto de Assentamento da Fazenda Hipólito em 1987, o processo de cadastramento e a fundação da Associação serem concluídos, o próximo passo seria a implantação de uma escola. Enquanto isso não acontecia, professores voluntários da comunidade davam aula de alfabetização a crianças, jovens e adultos, enquanto outros eram matriculados na Escola Isolada Comunidade Espinheirinhos que ficava em uma comunidade rural próxima do Hipólito.

Somente em 1990, três anos após a fundação do Assentamento, que a Prefeitura de Mossoró implantou naquela comunidade uma “escola” com uma educação formal sob a responsabilidade da Secretaria de Educação com o nome de Escola Municipal do 1º Grau Hipólito de 1º a 4º série, atualmente conhecido como anos iniciais. Os horários de aula eram divididos em três partes: matutino, intermediário e vespertino. Já os alunos de 2º grau (atual ensino médio) estudavam em na zona urbana da cidade e precisam se deslocar de ônibus, caminhão ou outros de veículos no sistema de carona.

Como a escola ainda não tinha prédio próprio, as aulas foram improvisadas em dois armazéns. O primeiro a ser usado foi o da Associação do Assentamento, pois além das aulas, esse local era usado para as reuniões periódicas com os assentados e servia também de armazenamento e distribuição dos produtos agrícolas produzidos pelos assentados ou doações. No ano de 1993, com o aumento no número de matriculados, foi necessário adquirir outro prédio, nesse caso, foi improvisado outra casa que era uma bodega onde vendiam-se agropecuários produzidos pelos assentados e que já tinha sido desativada por não ter êxito. Por serem ambientes fisicamente alheios a uma estrutura física escolar, os armazéns não possuíam divisórias para salas de aula, nem biblioteca e nem banheiro.

As duas casas/escola ficavam no meio das duas vilas e não havia uma via de acesso previamente planejado construída para o trajeto dos alunos. Em época de chuva, normalmente entre os meses de março a junho, esse acesso tornava-se mais difícil devido ao excesso de lama. Como a ausência de estradas para o deslocamento, os alunos eram obrigados a usarem a BR-304 para irem à escola. A ida dos alunos a escola era feita a pé ou de bicicleta.

Nesse período lecionaram pelo menos cinco professoras, sendo apenas uma delas moradora da comunidade. Naqueles dez anos, foram matriculados 357 alunos e de naturalidade bastante diversificada. Dos 357 matriculados 236 são naturais de Mossoró e os outros 121 estende-se a outras cidades do Rio Grande do Norte (Caraúbas, Jucurutu, Umarizal, Alexandria, Grossos, Pau dos Ferros, Angicos, Severiano Melo, Olho D’água dos Borges, Upanema,

Baraúnas, Macau, São Rafael, Luís Gomes, Serra do Mel, João Câmara, Augusto Severo, Açú e Natal), do Ceará (Tabuleiro do Norte, Catolé do Rocha, Pacajus, Messejana, Limoeiro do Norte, Aquizaz, Catolé do Rocha e Eusebio) e de outros estados como Dias Dávila (BA), Belem (PA), Paranagá (PR) e Piripiri (PI). Naquela ocasião, os matriculados eram compostos somente por moradores do assentamento.

Veja no quadro abaixo a distribuição geral das matrículas por ano e por serie.

Ano	1º	2º	3º	4º	Acelera Brasil	total
1990	23	07	05	04	-	36
1991	33	17	15	11	-	76
1992	54	26	14	05	-	99
1993	49	23	11	07	-	90
1994	59	22	13	08	-	102
1995	48	24	15	05	-	92
1996	55	17	18	06	-	96
1997	47	21	13	10	-	91
1998	32	21	04	06	32	95
1999	31	17	09	12	13	82
2000	32	22	09	05	22	90

Fonte: Caderno de matrícula (1990-2000).

Em 1999 a escola recebe o nome de Escola Municipal Evilásio Leão através do projeto de 65/99 apresentado a Câmara em 08 de setembro de 1999 e aprovado pela Câmara em 05 de Outubro de 1999. A mudança de nome foi uma iniciativa do vereador Chico Borges (1934-2019) através do projeto de lei 65/99, munido por cinco folhas: o projeto, a justificativa, uma breve biografia do homenageado e o parecer de aprovação do presidente da Câmara.

No início da noite de uma sexta-feira (02 de fevereiro de 2001), foi inaugurado novas instalações da Escola Municipal Evilásio Leão, com um investimento de 149 mil, dinheiro do Fundeb, com cinco salas de aula, uma sala para secretaria, supervisão pedagógica, cozinha e dois banheiros. Na solenidade estavam familiares do Prof. Evilásio Leão e autoridades como a Prefeita e dois deputados.

**Anexo 5.2 - Livros de Matrícula**

## Anexo 5.3 - Decreto-lei nº 1.782/99 da Prefeitura de Mossoró



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**DECRETO Nº 1.782/99**

*"Cria e Denomina Escola, e dá outras providências".*

**A PREFEITA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições que lhe confere o artigo 78, inciso IX da Lei Orgânica do Município de Mossoró;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica criada e denominada de **Escola Municipal Evilásio Leão**, porte **III**, o estabelecimento de ensino localizado na comunidade de Hipólito - Zona Rural de Mossoró.

**Art. 2º** - Este Decreto em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 1990.

**Art. 3º** - Revogadas as disposições em contrário.

**PALÁCIO DA RESISTÊNCIA**, em Mossoró-RN, 20 de dezembro de 1999.

*Rosalba Ciarlini Rosado*  
**Rosalba Ciarlini Rosado**  
 Prefeita



**Anexo 5.4 - Fotos das antigas instalações da Escola Municipal do 1º Grau Hipólito**



**Anexo 5.5 - Projeto de lei 65/99 da Câmara Municipal de Mossoró**

“Denomina de professor Evilásio Leão de Moura, a escola municipal, localizada no Sítio Hipólito, ensino de 1º grau, e determina outras providencias. A prefeita municipal de Mossoró. Faço saber que a CAMARA MUNICIPAL DE MOSSORO aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de PROFESSOR EVILASIO LEÃO DE MOURA, a Escola Municipal, ensino de 1º Grau, localizada no Sítio Hipólito, que beneficia ainda as localidades de Curral de baixo, Baixa Verde, Espinheirinho e Cabelo de Nêgo;

Art. 2º - A presente Lei ENTRA em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Justificativa: “Sr. Presidente, Srs. Vereadores. O professor EVILSIO LEÃO DE MOURA, nasceu nesta Cidade, pertencente a uma das mais ilustres famílias desta terra. Iniciou seus estudos aqui em Mossoró, tendo formando-se na Escola Superior de Educação Física do Brasil no Rio de Janeiro. Voltando a esta terra Natal, ingressou no magistério lecionando Educação Física nos principais colégios desta Cidade. Indo residir em Natal, passou a integrar o quadro específico de Pessoal da Secretaria da Fazenda, como técnico de Contabilidade, exercendo também a de Professor de Educação Física em importantes colégios da Capital. Posteriormente assumiu a Vice-presidência da Fundação José Augusto e logo depois a Direção Administrativa da citada Fundação. Pertencia ao Rotary Clube Alecrim, tendo exercido os cargos de Vice e Presidente. Casado com uma Mossoroense Francisca Dias Leão, de cuja união tiveram 5 (cinco) filhos: Enilce, Célio, Nilma e Marcos. Creio que esta proposição (homenagem), que tenho a honra de apresentar, seja das mais justas, esperando beneplácito dos meus ilustre colegas.”



## Anexo 5.7 - Recortes de jornais sobre a nucleação da Escola Municipal do 1º Grau Hipólito

(Gazeta do Oeste, 02 de dezembro de 2000/sábado)

Escola de Assentamento terá sede própria: a educação dos colonos no assentamento Hipólito receberá melhorias neste mês



O assentamento do Hipólito, localizado a 34 quilômetros de Mossoró, terá ainda no decorrer deste mês a sede própria de sua escola inaugurada. Quem assegura é o diretor da escola, Raimundo Nonato Fernandes Costa, ao adiantar que a instituição acaba de ser denominada de Escola Municipal “Evilásio Leão”, em homenagem a um educador bastante conhecido da região. A homenagem ao ex-educador que era professor de educação física do Centro Educacional Jerônimo Rosado, foi reconhecida pelo projeto do vereador Francisco Zilmar da Silveira Borges (conhecido também como Chico Borges). Na inauguração da sede da escola do assentamento está confirmada a presença de familiares e amigos dos homenageados, que será saudado na ocasião pelo médico Marcos Leão, que virá da capital do Estado com outros familiares para essa solenidade. Antes da inauguração da nova sede, a escola já começou a receber alguns benefícios, a exemplo da doação, recentemente, de um microcomputador pelos familiares do homenageado. Estrutura: O diretor da escola disse que, com essa nova estrutura, o número de alunos irá aumentar de 104 para 400, uma vez que a escola será polo e irá abranger toda a zona rural sul. A partir da inauguração a escola passará a funcionar com o ensino fundamental e médio, ou seja, 1º a 8º série, e contará com mais professores capacitados nas áreas específicas.

(O Mossoroense, 04 de fevereiro de 2001)

Rosalba inaugura escola no Hipólito receberá melhorias neste mês: já são nove escolas construídas pela administração Rosalba Ciarlini que acaba com déficit educacional



As crianças e os jovens da localidade do Hipólito (zona rural) agora contam com uma escola bem estruturada e capaz de oferecer ensino de boa qualidade. Graças ao investimento que a prefeita Rosalba Ciarlini faz na área de educação. No início da noite de sexta-feira passada (02 de fevereiro de 2001), Rosalba Ciarlini inaugurou as novas instalações da Escola Municipal Evilásio de Souza Leão, com investimento de 149 mil, dinheiro do Fundeb. Foi a nova escola construída na segunda administração de Rosalba Ciarlini, que soma-se a ampliação de onze escolas na cidade e na zona rural, garante vaga para todos os alunos da cidade. As escolas construídas na administração de Rosalba Ciarlini, são de altíssima qualidade. As novas instalações da Escola Municipal Evilásio de Souza Leão compreendem cinco salas de aula, uma sala para secretaria, supervisão pedagógica, cozinha e dois banheiros. Rosalba no ato da inauguração, lembrou que essa era uma reivindicação antiga dos moradores do Hipólito e das localidades de Cordão de Sombra, Favela, Mulunguzinho, Espinheirinho e Quixaba. “Não poderíamos deixar de realizar esse sonho, pois entendemos que toda a criança tem direito a escola, e estamos assegurando esse direito de Mossoró, na cidade e na zona rural”, disse Rosalba, ao receber elogios da viúva de Evilasio Leão, homenageado. “É uma grande homenagem, doutora Rosalba, pois Evilasio em vida foi um grande lutador pela educação na qualidade de professor”, destacou dona Francisquinha Dias Leão. O deputado Betinho Rosado e Ruth Ciarlini e o vice-prefeito Antonio Capistrano, participaram da solenidade. Capistrano destacou o investimento da educação: “Já construímos nove escolas e ampliamos outras onze, garantindo vagas para todas as crianças e jovens da cidade”.

(Gazeta do Oeste, 04 de fevereiro de 2001/domingo)

### Rosalba amplia investimentos na educação: Prefeita inaugura Escola Municipal Evilásio Leão, garantindo ensino de qualidade



“Palavra empenhada é compromisso cumprido”. Assim a prefeita Rosalba Ciarlini abriu seu discurso de inauguração da Escola Municipal Evilásio de Souza Leão, na localidade de Hipólito. Realmente Rosalba está determinada de cumprir todos os compromissos assumidos em Mossoró. A construção da Escola do Hipólito é um exemplo do investimento da administração municipal de educação. “Já construímos novas escolas e ampliamos outras onze”, contabilizou o vice-prefeito Antônio Capistrano. Rosalba Ciarlini Ressaltou que a localidade de Hipólito sempre foi assistida por seu governo. Lembrou a eletrificação que chegou as casas com a luta da prefeita, apoiada pelo então deputado estadual Carlos Augusto. “Essa união de forças garantiu benefícios para o Hipólito e Mossoró”, ressaltou. O deputado Betinho Rosado que em Brasília tem sido importante para trazer benefícios para Mossoró, destacou a importância do investimento feito na educação. “Essa ação de governo de Rosalba Ciarlini é um passo largo para o engrandecimento do nosso povo”, disse. A deputada Ruth Ciarlini ressaltou que “o investimento feito por Rosalba na educação surpreende, pois nunca outro prefeito fez tanto pela educação das nossas crianças”. O investimento pela educação comprova a luta de Rosalba Ciarlini em prol das crianças e dos jovens mossoroenses. “Essa escola que hoje recebemos é a maior obra da história do Hipólito, pois é uma estrutura grandiosa, que vai garantir ensino de qualidade aos nossos filhos”, reconheceu o presidente do conselho Comunitário do Hipólito, Francisco de Assis.

A Escola Evilasio de Souza Leão consumiu investimento 149 mil, recursos do Fundeb. A estrutura é formada por cinco salas de aulas, uma sala para a secretaria, direção e supervisão pedagógica, cozinha e dois banheiros. Vai atender os alunos do Hipólito e das localidades de Cordão de Sombra, Favela, Mulunguzinho, Espinheirinho e Quixaba. A viúva do professor Evilásio de Souza Leão, dona Francisquinha Dias Leão, agradeceu a homenagem e elogiou o trabalho de Rosalba em prol a educação dos nossos filhos, isso é muito importante para a história da cidade.” Os investimentos da educação irão continuar. Rosalba Ciarlini anunciou para a próxima semana sexta feira, 12, a inauguração da Escola Municipal Francisco França, na Serra Mossoró (Zona Rural)